Robinson dos Santos

FILOSOFIA

Uma breve introdução

DISSERTATIO INCIPIENS

FILOSOFIA
Uma breve introdução

Robinson dos Santos

FILOSOFIA

Uma breve introdução

DISSERTATIO
INCIPIENS

Catalogação na Publicação
Bibliotecária Kênia Moreira Bernini - CRB - 10/920

S237i Santos, Robinson dos
Introdução à Filosofia [recurso eletrônico] / Robinson
Dos Santos - Pelotas : NEPFIL online, 2014.
108 p. – (Série Dissertatio-Incipiens).

Modo de acesso: Internet
<http://nepfil.ufpel.edu.br>
ISBN: 978-85-67332-19-2

1. Filosofia Antiga 2. Filosofia Medieval 3. Filosofia Moderna
4. Filosofia Contemporânea 5. Metodologia I. Título. II. Série.

CDD 100

Robinson dos Santos

Introdução à Filosofia

Sumário

Apresentação

O material que aqui disponibilizamos tem como objetivo elementar ser uma ferramenta para o estudante que inicia seu percurso na área da Filosofia e, de modo especial, para o estudante que o faz na modalidade do Ensino a Distância. Destina-se, portanto, para quem não teve qualquer contato anterior com a Filosofia.

Para a elaboração deste pequeno manual, foram levados em consideração, primeiramente, os tópicos e aspectos sugeridos na *caracterização* da disciplina de *Introdução à Filosofia* contida no Projeto Político-Pedagógico do Curso. Isso quer dizer, antes de tudo, que o roteiro elaborado é um caminho possível e viável entre tantos outros. Não há, portanto, nenhuma pretensão de esgotar a pluralidade e a multiplicidade de temas e problemas que, além daqueles aqui desenvolvidos, poderiam ser considerados e analisados em um manual de introdução à Filosofia.

Como se poderá perceber, o texto foi formulado em uma linguagem acessível e, muitas vezes, tem um caráter bastante esquemático, tão somente apontando para os tópicos e questões, na perspectiva de apresentar um ponto de partida para as reflexões. Com isso tem-se em vista, sobretudo, incentivar a formulação de outras perguntas, o desenvolvimento de leituras complementares, estimular a reflexão autônoma e o debate sobre as questões tratadas, mais do que propriamente apresentar respostas prontas em um tom doutrinal.

Serviremo-nos de citações das obras filosóficas de pensadores clássicos, bem como de textos da literatura especializada, isto é, de intérpretes e pesquisadores de tais pensadores e, quando julgarmos conveniente, de outros manuais de introdução à Filosofia.

Os temas estão divididos aqui em três partes principais: 1. Questões preliminares; 2. Aspectos teórico-práticos e 3. Breve panorama histórico.

Na primeira parte, apontamos para o problema de se estabelecer uma definição do que é Filosofia, do tipo de conhecimento que é o conhecimento filosófico e analisamos a questão de sua utilidade ou, dito de outro modo, analisamos a questão de *para que* ele serve. Além disso, trataremos do tema da origem ou início da Filosofia, de modo a esclarecer algumas condições históricas que propiciaram o desenvolvimento do pensamento filosófico. Ainda nessa parte, pretendemos abordar a questão da origem da Filosofia também na perspectiva da motivação, isto é, apontando para qual ou quais atitudes no ser humano dão origem a este modo de pensar. De modo resumido: esta parte visa relatar algumas questões fundamentais para o início do percurso na disciplina.

Na segunda parte, o objetivo é indicar como se pode desenvolver a competência de filosofar. A prática da reflexão filosófica não pode ser desenvolvida de modo razoável sem que sejam atendidas certas condições, sem que sejam observados determinados critérios; em suma, sem que se cumpram alguns requisitos indispensáveis. Entre outras capacidades destacaremos aqui o exercício da *leitura*, *análise* e *interpretação*, bem como a questão da *redação* dos textos filosóficos, indicando o que cada um destes procedimentos exige e demonstrando sua relevância para o desenvolvimento da autonomia intelectual.

Ainda na segunda parte, visamos apresentar, em seus contornos mais gerais, algumas das áreas de pesquisa/disciplinas em Filosofia, identificando as suas questões ou os seus respectivos objetos de estudo e, eventualmente, algumas tendências internas, polêmicas ou problemas em relevo. Longe de esgotar o tema e o tratamento das áreas, esse item quer apenas oferecer alguns exemplos de problemas e questões filosóficas relativas às diversas áreas.

A terceira e última parte têm como objetivo apresentar um breve panorama histórico da Filosofia, as questões fundamentais e os autores mais representativos das respectivas épocas. Aqui, tanto quanto na segunda parte, tivemos que fazer escolhas e estamos cientes

da incompletude do relato. Mas, igualmente, a proposta é oferecer uma primeira aproximação, uma vez que os conteúdos serão pormenorizados ao longo das demais disciplinas do Curso.

1. QUESTÕES PRELIMINARES

São objetivos desta primeira parte: mostrar que a definição de Filosofia é ela mesma uma controversa questão filosófica (caráter polêmico da questão); argumentar que, apesar das divergências, há características amplamente aceitas sobre o que a Filosofia envolve; refletir sobre sua utilidade e sobre sua inutilidade. Além disso, procuraremos indicar nesta parte que há um duplo sentido na pergunta sobre a origem da Filosofia: um sentido histórico (isto é, sobre as condições que favoreceram o surgimento e o desenvolvimento deste tipo de saber ao longo da história) e um sentido motivacional (ou seja, de onde surge no homem o impulso para o *pensar filosófico*, questão essa que não se limita à mera análise da história).

1.1. O que é Filosofia e para que ela serve?

A primeira questão que se ouve quando dizemos a alguém que estamos estudando Filosofia é exatamente esta que está no título acima: o que é Filosofia e para que ela serve? E se tentarmos dar uma resposta, por simples que seja, para estas perguntas, nos veremos certamente em apuros.

"O que é Filosofia e para que ela tem valor?" é algo extremamente "polêmico" como nos advertia o pensador alemão Karl Jaspers[1] (1983, p.9) em sua *Einführung in die Philosophie* (do alemão, "Introdução à

---

[1] Karl Jaspers (1883-1969), além de se ocupar com Filosofia, exercia a medicina psiquiátrica e foi um dos fundadores e representantes da chamada "Filosofia Existencial". Lecionou Psicologia e Filosofia em Heidelberg, Alemanha entre 1916 e 1937. A partir de 1948, mudou-se para Basel, onde viveu e lecionou Filosofia até o fim de sua vida.

Filosofia"). Ele ilustra de modo muito claro no primeiro parágrafo desse texto por que razões essa questão é polêmica.

Por vezes, a Filosofia é vista como um tipo de saber quase místico, do qual se espera respostas extraordinárias e para o qual se dedicam apenas alguns seres humanos supostamente iluminados; ou então, no outro oposto, é vista como um aglomerado de pensamentos vazios e sem objeto definido, ou ainda, como uma porção de sonhos e desvarios, quase sempre apresentados numa linguagem obscura e que poucos entendem e, por isso mesmo, a maioria despreza como inútil. Nas suas palavras:

> Toma-se ela [a Filosofia] como uma coisa que diz respeito a todo e qualquer homem e por isso, no fundo como algo que deveria ser simples e compreensível ou concebe-se a mesma como sendo tão difícil, que se ocupar com ela é uma causa perdida. O que aparece sob o nome de filosofia traz, de fato, exemplos para juízos tão opostos (JASPERS, 1983, p.9).

Temos, portanto, uma dificuldade já desde o ponto de partida, isto é, de se estabelecer qual a natureza da Filosofia, que tipo de conhecimento ela nos oferece, qual é seu objeto (ou quais são seus objetos) e qual o seu método (ou quais são seus métodos).

Laurence Bonjour e Ann Baker, dois professores da Universidade de Washington, nos apresentam uma visão que concorda e complementa o pensamento de Jaspers, acima exposto. Em sua obra *Filosofia: Textos Fundamentais Comentados*, eles afirmam:

> Há muitas opiniões diferentes sobre a natureza da filosofia, mas provavelmente nenhuma definição muito simples do assunto. Isso reflete o fato de que – de um modo que não se verifica em nenhuma outra disciplina – a natureza da filosofia é em si mesma um assunto importante de discordância filosófica, um assunto para o qual há uma longa história de opiniões que competem entre si (BONJOUR; BAKER, 2010, p.21).

Fica evidente, já a partir dessas breves considerações, que qualquer tentativa de definir Filosofia de uma vez por todas significa uma

simplificação e, ao mesmo tempo, uma recusa em analisar o tema com paciência e de modo aprofundado.

É preciso observar, contudo, que apesar de não dispormos de uma única definição (ou de uma explicação definitiva) sobre Filosofia, existem muitas opiniões concordantes sobre algumas de suas características.

A primeira concordância está na aceitação do que a palavra Filosofia quer dizer literalmente. No grego, *philos (philia)* indica "amor", "amizade" e *sophos (sophia)* significa "sabedoria". Então, o primeiro significado de Filosofia seria precisamente "amor à sabedoria".

Ora, essa definição é muito singela e parece não nos dizer muito. Mas se observarmos de modo atento, perceberemos também o que ela *não significa*: não significa "*estar de posse* da sabedoria". Ao contrário disso, essa definição (amor ou amizade pela sabedoria) significa um estado de permanente apreço, de estima pela mesma, mesmo que nunca se chegue, de fato, a possuí-la por completo. Nesse sentido, é uma relação que também pode ser entendida como baseada na carência, portanto na falta ou na não-posse da sabedoria. E justamente esta condição de não-posse ou de carência do saber pode ser considerada um dos dispositivos naturais que força o ser humano a sair de seu estado de rudeza e mera animalidade para ingressar em um processo permanente de autoconhecimento, de criação e de aperfeiçoamento. O filósofo, nessa perspectiva, não é um iluminado ou um sábio que não precisa mais aprender porque alcançou o estágio mais elevado da sabedoria. Ao contrário, ele compartilha com os demais seres humanos essa mesma condição e, no entanto, ao mesmo tempo, é alguém que faz daquele processo sua ocupação primordial. Desse modo, compreendida, a Filosofia, "indica um estado de espírito, o da pessoa que ama, isto é, deseja o conhecimento, o estima, o procura e o respeita", conforme as palavras de Marilena Chauí, filósofa brasileira e professora da Universidade de São Paulo – USP (CHAUÍ, 1995, p.19).

Além de indicar esse estado ou relação, teremos outras características mais gerais, compartilhadas por aqueles que se ocupam

com Filosofia. Como implicitamente já vimos acima, a Filosofia relaciona-se com o conhecimento, envolve uma multiplicidade de opiniões sobre determinados temas e, na maioria das vezes, opiniões discordantes. Em suma, a Filosofia se ocupa ou pode se ocupar com tudo o que diz respeito ao *saber* e ao *fazer* dos seres humanos em geral. Por isso mesmo é que temos várias disciplinas específicas no campo da Filosofia: filosofia da moral (ética), filosofia da arte (estética), filosofia da linguagem, filosofia da cultura, filosofia da ciência, filosofia do direito, filosofia da religião e assim por diante. Sobre essas ramificações ou áreas de pesquisa da Filosofia voltaremos a falar mais adiante.

O filósofo francês René Descartes (1596-1650) afirmava em sua obra intitulada *Princípios de Filosofia*, publicada em 1644 em latim e em 1647 vertida para o idioma francês, que Filosofia:

> [...] significa o estudo da sabedoria, e por sabedoria não se deve entender apenas a prudência nos negócios, mas um conhecimento perfeito de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta da sua vida como para a conservação de sua saúde e a invenção de todas as artes (Princípios de Filosofia, Prefácio, p.15).

Para tomarmos outra definição moderna de Filosofia como ponto de referência – definição essa sobre a qual teremos certamente oportunidade de discutir posteriormente – podemos citar aqui aquela apresentada por Immanuel Kant (1724-1804) em sua *Crítica da Razão Pura*: "O conhecimento *filosófico* é o *conhecimento racional* a partir de conceitos"[2] (B 742).

Nesse sentido, o conhecimento filosófico é visto como resultado de uma atividade racional. Nesta atividade exercitamos a reflexão, o pensamento crítico, através do exame minucioso de determinadas ideias, questões, problemas ou conceitos que nos interessam e sobre os quais ainda não temos condições de emitir uma opinião razoável e justificada.

---

[2] Seguimos aqui a tradução da Crítica da Razão Pura de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian (3. Ed.), listada nas referências.

> Experiência da razão e da linguagem, a filosofia é a peculiar atividade reflexiva em que, na procura do sentido do mundo e dos humanos, o pensamento busca pensar-se a si mesmo, a linguagem busca falar de si mesma e os valores (o bem, o verdadeiro, o belo, o justo) buscam a origem e a finalidade da própria ação valorativa. Essa experiência, concretizada no e pelo trabalho de cada filósofo, constitui o *discurso filosófico* (CHAUÍ, 2009, p.12).

Voltaremos nossa atenção para o *exercício desta atividade* (filosofar) na segunda parte deste trabalho.

Passaremos agora à segunda parte da pergunta, isto é, para a análise do "para que serve" a Filosofia. Em geral, a resposta mais corriqueira que ouvimos por aí é de que a Filosofia não serve para nada.

Em sua opinião essa resposta ou posição está correta?

Para auxiliar a reflexão sobre esse ponto, algumas passagens do livro *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí, podem ser interessantes:

> [...] uma primeira resposta à pergunta 'O que é Filosofia?' poderia ser: a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido (CHAUÍ, 1995, p.9).

> Não vemos nem ouvimos ninguém perguntar, por exemplo, para que matemática ou física? Para que geografia ou geologia? Para que história ou sociologia? Para que biologia ou psicologia? Para que astronomia ou química? Para que pintura, literatura, música ou dança? Mas todo mundo acha muito natural perguntar: Para que Filosofia? [...] Em geral, essa pergunta costuma receber uma resposta irônica, conhecida dos estudantes de Filosofia: 'A Filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual'. Ou seja, a Filosofia não serve para nada. Por isso, se costuma chamar de 'filósofo' alguém sempre distraído, com a cabeça no mundo da lua, pensando e dizendo coisas que ninguém entende e que são perfeitamente inúteis (CHAUÍ, 1995, p.12).

> O primeiro ensinamento filosófico é perguntar: O que é o útil? Para que e para quem algo é útil? O que é o inútil? Por que e para quem algo é inútil? O senso comum de nossa sociedade considera útil o que dá prestígio, poder, fama e riqueza. Julga o útil pelos resultados visíveis das coisas e das ações, identificando utilidade e a famosa expressão 'levar vantagem em tudo'. Desse ponto de vista, a Filosofia é inteiramente inútil e *defende o direito de ser inútil.* [...] Qual seria, então, a utilidade da Filosofia? [...] Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes (CHAUÍ, 1995, p.16-17).

Para finalizar este primeiro subcapítulo da primeira parte, nos valeremos de uma caracterização geral de Filosofia, no intuito de provocar a discussão.

No prefácio de sua *História Concisa da Filosofia Ocidental,* Anthony Kenny, nos oferece uma definição que, somada às considerações feitas até aqui, parece resumir de modo apropriado o que é Filosofia:

> A filosofia é, simultaneamente, a mais emocionante e a mais frustrante das matérias. É emocionante porque é a mais ampla de todas as disciplinas, explorando os conceitos básicos que atravessam todo o nosso discurso e pensamento sobre qualquer tema. Além disso, pode empreender-se o estudo da filosofia sem qualquer formação ou instrução especial preliminar; qualquer pessoa que esteja disposta a pensar muito e a seguir um raciocínio pode fazer filosofia. Mas a filosofia também é frustrante porque, ao contrário das disciplinas científicas ou históricas, não oferece nova informação sobre a natureza ou a sociedade. A filosofia não procura proporcionar conhecimento, mas compreensão; e a sua história mostra como tem sido difícil, mesmo para os grandes espíritos, desenvolver

> uma perspectiva completa e coerente. Pode dizer-se sem exagero que nenhum ser humano conseguiu ainda alcançar uma compreensão completa e coerente nem mesmo da linguagem que usamos para pensar os nossos pensamentos mais simples. Não foi por acaso que o homem que muita gente considera o fundador da filosofia enquanto disciplina autoconsciente, Sócrates, afirmou que a única sabedoria que possuía era o conhecimento da sua própria ignorância. (KENNY, 1999, p.14)

Exercício:

1- A partir da leitura e discussão desta primeira parte, procure formular uma definição de Filosofia e justifique sua posição através de argumentos.

2- Avalie a afirmação de que "a Filosofia para nada serve".

3- Como você avalia a utilidade ou a inutilidade de outras áreas do conhecimento? Exemplifique e justifique.

1.2. O Início da Filosofia: a perspectiva histórica

A história da Filosofia, considerada como pensamento metódico, abrange cerca de dois mil e quinhentos anos. Considerada na perspectiva de sua raiz mais primitiva, isto é, contabilizando-se aí também o período marcado pelo pensamento mítico, esse cálculo pode ser ampliado.

Antes de passarmos às considerações sobre o surgimento histórico da Filosofia, façamos uma breve distinção entre o *surgimento* (começo ou primórdios) e *a origem* (ou a fonte de onde promana) da Filosofia.

Aqui seguimos novamente as trilhas da obra de Jaspers, citada no início deste texto.

> O começo é histórico e traz para os sucessores uma quantidade crescente de pressupostos por meio do exercício do pensamento já realizado. Mas a origem é a todo o tempo a fonte, a partir da qual surge o impulso para o filosofar (JASPERS, 1983, p.16).

Por essa razão é que separamos aqui o tratamento dos dois aspectos. Compreender o que seja Filosofia implica certamente conhecer sua história, ou seja, as raízes e o desenvolvimento do pensamento ocidental ao longo dos séculos. No entanto, se essa é uma condição necessária para o estudo da Filosofia, a mera posse de tais conhecimentos históricos está longe de ser suficiente para aquele que quer pensar de modo autônomo. O filosofar, o pensar por si mesmo sobre determinados temas e problemas, implica justamente não se tornar escravo ou um mero seguidor das ideias alheias. Deste modo é necessário conhecer a tradição, mas, ao mesmo tempo, não se deixar enfeitiçar e cegar por ela.

Neste item, trataremos do surgimento em um sentido histórico e reservamos para o próximo capítulo o tratamento da questão motivadora (do impulso) e da atitude voltada para o filosofar.

Os primórdios da filosofia, compreendida como história do pensamento ocidental, remontam à Grécia Antiga. Isso significa que, embora exista também uma história do pensamento oriental, frequentemente também considerado e chamado de *filosofia*, na qual se encontram, por exemplo, o *budismo* e o *confucionismo*, o conjunto destas e outras doutrinas é objeto de interesse e pesquisa mais na perspectiva de doutrina religiosa ou de espiritualidade do que propriamente área de investigação da Filosofia. Por razões de espaço e de delimitação do nosso foco, não nos deteremos aqui nessa discussão.

Na tabela que segue, podemos visualizar de modo panorâmico os principais períodos históricos da Grécia Antiga. Em seu texto

intitulado *Filosofando: Introdução à Filosofia*, Aranha e Martins nos apresentam um quadro geral[3]:

Periodização da história da Grécia Antiga
• **Civilização micênica** (sécs. XX a XII a. C.) – desenvolve-se desde o início do segundo milênio a. C. e tem esse nome pela importância da cidade de Micenas, de onde, por volta de 1250 a. C., partem Agamemnon, Aquiles e Ulisses para sitiar e conquistar Troia.
• **Tempos homéricos** (sécs. XII a VIII a. C.) – nesse período teria vivido Homero (século IX ou VIII a. C.); na transição de um mundo essencialmente rural, os senhores enriquecidos formam a aristocracia proprietária de terras; recrudesce o sistema escravista.
• **Período arcaico** (sécs.VIII a VI a. C.) – com o advento das cidades-estados (póleis) ocorrem grandes alterações sociais e políticas, bem como o desenvolvimento do comércio e a expansão da colonização grega.
• **Período clássico** (sécs. V e IV a. C.) – apogeu da civilização grega; na política, expressão da democracia ateniense; desenvolvimento das artes, da literatura e da filosofia; época em que vivem os sofistas e os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles.
• **Período helenístico** (sécs. III e II a.C.) – decadência política, domínio macedônico e conquista da Grécia pelos romanos; culturalmente, significativa influência das civilizações orientais.

O período que talvez mais seja mais decisivo aí é aquele em que ocorre o desenvolvimento das cidades-estados. O assim chamado *surgimento da polis* foi um divisor de águas na história do

[3] ARANHA E MARTINS, 2003, p.79.

pensamento ocidental. A partir delas, a sociedade passa de uma organização baseada fundamentalmente na agricultura para a indústria artesanal e é fortalecido o desenvolvimento do comércio como atividade de sustento. Foi o surgimento da vida urbana que impulsionou o desenvolvimento cultural, social e político.

Esse florescimento da *polis* favoreceu também a formação gradativa do que denominamos hoje de publicidade ou do espaço público, isto é, a noção de que o espaço em que são exercidas as liberdades é um espaço comum a todos os que coabitam e compartilham de um mesmo território, onde ganham seu sustento, onde desenvolvem seus projetos de vida. A consolidação e a manutenção desse espaço público eram, e ainda são, condição fundamental para o exercício das liberdades individuais, bem como para o florescimento da cultura, o desenvolvimento das ciências e o exercício da cidadania[4]. As questões ou problemas relativos à respectiva sociedade passam gradativamente a ser objeto de debate público. É aqui também que surge o primeiro impulso fundamental para a vida *política*. Não é à toa que a palavra *política* tem sua raiz no termo *polis*.

Outros fatores concretos contribuíram para tais transformações. As sociedades antecedentes ao período arcaico eram marcadas pela visão mítico-religiosa do mundo. A *mitologia* era constituída por um conjunto de crenças que orientavam o comportamento dos seres humanos, ofereciam um sentido para a existência e, assim, permitiam certa "compreensão" do mundo. As lendas que narravam prodígios e ações heroicas dos deuses e de homens eram a base de tais crenças, pois transmitiam um conjunto de valores e bens culturais de uma geração para outra.

Com o desenvolvimento da navegação e a progressiva expansão das viagens marítimas, tem início um processo gradativo de exploração de novos territórios e, ao mesmo tempo, de descobertas que trazem consequências para a visão estabelecida pelos mitos (o que podemos chamar de desmistificação). Sobre certas ilhas ou territórios

---

[4] Certamente essa noção evoluiu ao longo da história em seu aspecto sociopolítico e em seu significado cultural.

que ainda não haviam sido explorados antes e que, supostamente, seriam habitados por deuses ou divindades, constatava-se então que, neles, além de outros seres humanos, nada de sobrenatural era encontrado. Nessa medida, crescia a necessidade de se encontrar outra explicação plausível para a origem do mundo, pois se tais forças divinas não existiam, perdia-se o fundamento daquela compreensão.

A invenção do calendário, que permitia o cálculo do tempo, favoreceu uma nova compreensão do mesmo e a percepção de que, em determinados períodos, os ciclos ou as estações, por exemplo, se repetem. A invenção da moeda e da escrita alfabética favoreceu a interação cultural e econômica mediante os símbolos. Na economia, a interação é simbolicamente mediada, por meio do estabelecimento de um valor abstrato como equivalente a uma determinada quantidade de bens ou serviços. Na escrita, os signos gráficos permitem tornar acessíveis a uma população cada vez maior certos conhecimentos, que antes eram transmitidos apenas pela narrativa oral. Além disso, tanto a escrita quanto a moeda, permitiram o progressivo desenvolvimento da capacidade de abstração e generalização, capacidades que são imprescindíveis para o exercício do pensamento.

A tradição filosófica do Ocidente remonta aos séculos VI e V a. C., período em que a assim chamada passagem do pensamento mítico para a razão já está consolidada. Este é o período denominado *pré-socrático*, isto é, o período que antecede a época de Sócrates (470/469 a. C. – 399 a. C.), que é considerado, junto com Platão e Aristóteles, uma das figuras mais importantes da Filosofia.

Na terceira parte deste manual, apresentaremos outros detalhes e tópicos sobre as principais épocas da História da Filosofia. Para finalizarmos esta parte sobre o surgimento histórico da Filosofia, queremos destacar que alguns dos traços fundamentais mais importantes da Filosofia na Antiguidade são[5]:

- A pergunta pelo princípio originário (*arché*) e pela razão originária (*logos*) do mundo. Deste modo o que estava em vista era a busca pelo princípio unificador da ordem do cosmos.

---

[5] De acordo com KUNZMANN *et alii*, 2005, p.29.

- Os temas ligados ao conceito de *alétheia* (do grego, verdade, desencobrimento): ser, verdade, conhecimento verdadeiro.

- A ocupação com a natureza do homem e sua destinação moral: a natureza e constituição de sua alma; o bem (*agathón*) e a virtude (*aretê*); a obtenção ou o alcance da *eudaimonia* (felicidade).

Exercícios:

1- Discuta se é possível aprender Filosofia unicamente conhecendo sua história. Justifique.

2- Qual a diferença entre mito e Filosofia?

3- Que condições propiciaram o surgimento da Filosofia?

1.3. A Origem da Filosofia: o elemento motivacional

> Pois este é o estado de um homem
> que ama muito a sabedoria, a admiração;
> sim, não há outro começo do que este.
> Platão, *Teeteto*, 155 D.

> De fato, os homens começaram a filosofar,
> agora como na origem por causa da admiração [...]
> Aquele que se pergunta e se admira sobre uma coisa
> crê não conhecê-la.
> Aristóteles, *Metafísica*, 982 b.

Possivelmente já exercitamos o filosofar desde sempre, embora, talvez, não de maneira sistemática e metódica como o faz um especialista da área.

No entanto, na medida em que exercitamos nosso discernimento, nossa faculdade de julgar, numa palavra, na medida em que exercitamos o pensar, já nos movemos no campo filosófico sem que, todavia, estejamos plenamente cientes disso. Nesse sentido, Aristóteles já anunciava na abertura de sua *Metafísica*[6] que "todos os homens desejam, por natureza, o saber" (980 a21).

Podemos citar aqui também uma definição que Martin Heidegger (1889-1976), filósofo alemão e um dos nomes mais importantes da filosofia do século XX, nos apresenta em sua obra *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo – finitude – solidão*. Esse pensamento se conecta com aquilo que estamos argumentando aqui: "Filosofia é filosofar" (HEIDEGGER, 2011, p.5).

---

6 ARISTOTELES. *Philosophische Schriften in sechs Bänden*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

De onde surge em nós aquele tipo de curiosidade, que não é apenas um passatempo, mas, que gera um interesse pelo conhecimento e, consequentemente, pelo esclarecimento das perguntas mais elementares de nossa existência? O que nos faz não nos darmos por satisfeitos com respostas ingênuas e *querer* buscar a verdade? De modo resumido: o que nos faz pensar e, portanto, filosofar?

Como alertamos anteriormente, não se faz Filosofia ou não se aprende a filosofar meramente lendo um manual de História da Filosofia. E aqui nos apoiamos novamente em Heidegger, quando este afirma que:

> A filosofia – assim o sabemos ao menos superficialmente – não é nenhuma ocupação qualquer, com a qual, segundo nosso humor, passamos o tempo; nenhum mero acúmulo de conhecimento, que facilmente alcançamos a qualquer hora a partir dos livros. Ao contrário, apesar de só o sabermos obscuramente, ela é algo que, em sua totalidade e em seu ponto mais extremo, dá lugar ao acontecimento de uma expressão e de um diálogo derradeiros do homem (HEIDEGGER, 2011, p.6).

É nesse sentido que também pertence ao campo das indagações e investigações filosóficas conhecer o que motiva ou impulsiona o ser humano, desde a Antiguidade aos tempos atuais, ao questionamento e à reflexão ou, numa palavra, ao filosofar.

Gerd Bornheim (1929-2002), um dos nomes mais importantes no cenário filosófico brasileiro[7], dedicou-se a esse assunto em sua tese de livre-docência intitulada *Motivação básica e atitude originante do filosofar*[8]. Essa obra merece ser lida não apenas por seu caráter inspirador, pelo rigor e clareza de sua exposição, mas também pela elegância e pela erudição com que o autor percorre as etapas do

---

[7] Sobre sua trajetória intelectual e acadêmica, conferir a obra *Conversa com Filósofos Brasileiros*, organizada por Marcos Nobre e José Márcio Rego, publicada pela Editora 34, no ano de 2000.

[8] Essa tese foi apresentada em concurso para livre-docência na Faculdade de Filosofia da então Universidade do Rio Grande do Sul, em 1961. Posteriormente, em 1969, foi publicada como *Introdução ao Filosofar*, com grande sucesso editorial, e ainda hoje está disponível no mercado.

tratamento da questão. Não podemos oferecer aqui um tratamento tão minucioso e detalhado do tema, mas procuramos ao menos nos aproximar de sua perspectiva até onde nos for possível.

Nesse livro de Bornheim encontramos uma importante referência ao mesmo texto de introdução à Filosofia escrito por Jaspers (já citado anteriormente), que julgamos ser muito pertinente quando se trata de uma definição da atitude motivante do filosofar.

Três atitudes fundamentais são consideradas por Jaspers. E, como lembra Bornheim, podem não ser as únicas possíveis, mas "são encontráveis com certa frequência": a admiração, a dúvida e a constatação/sentimento da própria fraqueza e impotência. Essa terceira atitude é traduzida por Bornheim como *insatisfação moral*.

> a) A primeira atitude nos vem da Grécia clássica. Platão e Aristóteles pretendiam ver na *admiração* o impulso inicial de todo o filosofar. No comportamento admirativo o homem toma consciência de sua própria ignorância, e esta consciência leva-o a interrogar aquilo que ignora , até atingir a supressão da ignorância, isto é, o conhecimento.
>
> b) A segunda atitude Karl Jaspers a encontra na *dúvida*, podendo-se apontar Descartes como sendo o seu representante clássico. Neste comportamento, a verdade é atingida através da suspensão provisória de todo o conhecimento ou de certas modalidades de conhecimento, que passam a ser consideradas como meramente opinativas. A distinção grega entre *doxa* e *episteme* tem a mesma raiz. A dúvida metódica aguça o espírito crítico próprio da vida filosófica e nisto reside sua eficácia.
>
> c) Finalmente, a terceira atitude implica num sentimento de *insatisfação moral*. Se em seu comportamento usual o homem é encontrado absorvido no mundo que o cerca, a filosofia impõe-se como tarefa a partir do momento em que este homem quotidiano cai em si e pergunta pelo sentido de sua própria existência. O mundo exterior é abandonado em consequência de um sentido de insatisfação, levando o homem a tomar consciência de sua própria miséria (BORNHEIM, 1961, p.23-24).

Enquanto para Jaspers as três atitudes seriam como que complementares (haveria algo em comum entre elas que permitiria um certo equilíbrio) e por qualquer uma delas poderíamos iniciar o filosofar, para Bornheim, é na *admiração* que temos o impulso elementar para tal. Uma harmonia entre as três ficaria comprometida por elas reclamarem "um certo grau de exclusividade" para si e, consequentemente, "se repelirem" mutuamente (Idem, ibid., p.24). E mais do que isso: "tomadas em si mesmas, todas as três atitudes apontadas revelam-se insuficientes e parciais" (Idem, ibid., p.25).

Para Bornheim, embora a dúvida seja indispensável para alcançarmos o pensamento crítico, e a insatisfação moral nos mova para o caminho da vida ética, ambas pressupõem algo anterior a elas.

> A dúvida supõe já um estado bastante adiantado da filosofia, ou melhor, supõe outras filosofias. Apenas a partir de uma saturação de conhecimentos e pontos-de-vista existentes, pode a dúvida surgir e impor-se com necessidade. [...] A dúvida, consequentemente, parece ser sempre secundária [...] (Idem, ibid., p.25).

Algo semelhante vale para a denominada insatisfação moral. De certo modo, se fosse o sentimento de fraqueza e impotência que despertasse o espírito humano para o conhecimento de sua própria condição, isso poderia restringir com facilidade o âmbito de investigação e o alcance global característico da Filosofia; numa palavra, ela poderia ser reduzida a uma psicologia moral.

Desse modo, mesmo que também seja em si "insuficiente para explicar a totalidade do impulso inicial do filosofar", a admiração parece ser aquela atitude que mais nos propicia a abertura e o despertar ante a realidade.

Concordando com essa perspectiva fundamental, a filósofa Hannah Arendt (1906-1975) afirma, em sua obra *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*, que, na sua opinião, "uma resposta [para a questão sobre 'o que nos faz pensar?'] que não perdeu nada de sua plausibilidade é a [...] afirmação de Platão, a saber, a de que a origem da filosofia é o espanto [...] (ARENDT, 1995, p.108). Após discorrer sobre a atitude de espanto, referida em passagens da obra de Platão

como "paixão" (*pathos*) típica do filósofo, Arendt também refere-se ao espanto como comportamento dos homens face à divindade que, por vezes, aparecia aos homens sob disfarce, numa forma familiar que nem sempre permitia a sua identificação. Nesta perspectiva, assim argumenta Arendt:

> O espanto como resposta não é algo, portanto, que os homens possam evocar por si mesmos. O espanto é um *pathos*, algo sofrido, e não produzido. [...] Em outras palavras, o que deixa os homens espantados é algo familiar, e ainda assim normalmente invisível, que eles são forçados a admirar. Aquele espanto que é o ponto de partida de pensamento não é nem a confusão, nem a surpresa, nem a perplexidade; é um espanto de *admiração* (1995, p.108-109).

A partir dessas breves considerações e posições, é possível perceber que o filosofar parte fundamentalmente de uma abertura nossa com relação ao mundo que nos circunda e envolve, bem como para as dúvidas, interrogações que surgem a partir dessa relação. Quanto mais nos deixamos envolver pela admiração com a grandeza e a complexidade do cosmos, quanto mais nos admiramos do quão pouco realmente sabemos e do quanto ainda precisamos saber, tanto mais podemos dar o passo fundamental para o exercício do filosofar. E, nesse caso, alguém pode muito bem exercitar-se no pensamento filosófico sem que tenha lido grandes obras ou mesmo manuais de Filosofia – como vimos na passagem citada de Heidegger –, desde que não se contente com análises e conclusões apressadas.

Anexo

Fragmento de Uma breve introdução à Filosofia, de Thomas Nagel (2011, p.3)

A principal ocupação da filosofia é questionar e entender ideias muito comuns que todos nós usamos no dia-a-dia sem nem sequer

refletir sobre elas. O historiador perguntará o que aconteceu em determinado tempo do passado, enquanto o filósofo indagará: "O que é o tempo?" O matemático investigará as relações entre os números, ao passo que o filósofo perguntará: "O que é um número?" O físico desejará saber de que são feitos os átomos, ou como se explica a gravidade, mas o filósofo indagará como podemos saber se existe alguma coisa fora da nossa mente. O psicólogo talvez pesquise como a criança aprende a linguagem, mas a indagação do filósofo será: "O que dá sentido a uma palavra?" Alguém pode perguntar se é certo entrar sorrateiramente no cinema e assistir ao filme sem pagar, mas o filósofo perguntará: "O que faz com que uma ação seja certa ou errada?"

Não iríamos muito longe se não tivéssemos como certas as ideias de tempo, número, conhecimento, linguagem, certo e errado a maior parte do tempo; mas na filosofia investigamos essas coisas em si. O objetivo é aprofundar um pouco mais nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. Obviamente, não é uma tarefa fácil. Quanto mais básicas as ideias que tentamos investigar, menos são os instrumentos de que dispomos para nos ajudar. Não há muita coisa que possamos dar por certa ou garantida. Assim, a filosofia é uma atividade um tanto vertiginosa, e poucos de seus resultados permanecem incontestados por muito tempo.

Exercício:

1- Você concorda que de certo modo todos nós "por natureza temos o desejo de conhecer" como define Aristóteles? Avalie e identifique situações em que pensamos de modo filosófico.

2- Qual a atitude que motiva e dá origem ao filosofar? Justifique.

3- Conforme o texto de Thomas Nagel, quais as dificuldades com que nos deparamos ao filosofar?

2. ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

São objetivos desta segunda parte: caracterizar o que denominamos como *filosofar*, na medida em que a prática da Filosofia exige o uso da própria capacidade racional; demonstrar a necessidade de desenvolvermos certas competências como leitura, análise, interpretação e redação de textos - atividades absolutamente imprescindíveis para o filosofar acadêmico. Argumentamos que, embora o filosofar não possa ser reduzido a tais competências, sem o desenvolvimento delas não se pode chegar a fazer Filosofia seriamente. Ao final, apresentamos de modo conciso algumas das principais áreas da pesquisa ou disciplinas da Filosofia.

2.1. Como Filosofar?

Filosofar de modo metódico e sistemático exige que alguns requisitos sejam cumpridos. É importante ressaltar que, antes de mais nada, o filosofar autêntico só é possível por meio do exercício do pensamento autônomo. Isso significa que, antes de autores ou obras, nosso pensamento deve se ocupar com os problemas, com as interrogações que nos perturbam e para as quais gostaríamos de formular respostas, mesmo tendo ciência de que tais respostas possam não ser definitivas. Não há dúvida de que um conhecimento da tradição (os pensadores e suas obras) é imprescindível para quem pretende se aprimorar nesta área do saber.

Assim, podemos dizer que esse pensar por si mesmo envolve, entre outras atividades, a leitura, a análise, a interpretação e a argumentação. Se com essas atividades não esgotamos tudo o que pode ser contabilizado no exercício do pensamento autônomo ou, respectivamente, no filosofar, sem eles, no entanto, não se chega a fazer isso.

Neste sentido, queremos desenvolver na sequência algumas características destas atividades (leitura, análise, interpretação). Antes de passar a elas, recomendamos a leitura e o exame atento dos dois fragmentos de textos apresentados abaixo.

2.1.1. Fragmentos para leitura, análise e discussão:

> Nas palavras de Immanuel Kant, em sua *Informação sobre a orientação de suas preleções no semestre de inverno de 1765-1766*, em se tratando de Filosofia, não se trata, pois, de aprender pensamentos, mas sim aprender a pensar ["*nicht Gedanken, sondern denken lernen*"][9].

Na *Crítica da Razão Pura* (B 865) ele afirma:

> "quanto ao que respeita à razão, apenas se pode, no máximo, aprender a *filosofar*. [...] Até então não se pode aprender nenhuma filosofia; pois onde está ela? Quem a possui? Por que caracteres se pode conhecer? Pode-se apenas aprender a filosofar, isto é, a exercer o talento da razão na aplicação dos seus princípios gerais em certas tentativas que se apresentam, mas sempre com a reserva do direito que a razão tem de procurar esses próprios princípios nas suas fontes e confirmá-los ou rejeitá-los." (B 866)

[9] *Nachricht*, AA, II, 306, grifos nossos.

Anexo

Trecho da obra Convite à Filosofia, de Marilena Chauí (1995, p.11-13):

Atitude filosófica: indagar

Se, portanto, deixarmos de lado, por enquanto, os objetos com os quais a Filosofia se ocupa, veremos que a atitude filosófica possui algumas características que são as mesmas, independentemente do conteúdo investigado.

Essas características são:

- perguntar **o que** a coisa, ou o valor, ou a idéia, é. A Filosofia pergunta qual é a realidade ou natureza e qual é a significação de alguma coisa, não importa qual;

- perguntar **como** a coisa, a idéia ou o valor, é. A Filosofia indaga qual é a estrutura e quais são as relações que constituem uma coisa, uma idéia ou um valor;

- perguntar **por que** a coisa, a idéia ou o valor, existe e é como é. A Filosofia pergunta pela origem ou pela causa de uma coisa, de uma idéia, de um valor.

A atitude filosófica inicia-se dirigindo essas indagações ao mundo que nos rodeia e às relações que mantemos com ele. Pouco a pouco, porém, descobre que essas questões se referem, afinal, à nossa capacidade de conhecer, à nossa capacidade de pensar. Por isso, pouco a pouco, as perguntas da Filosofia se dirigem ao próprio pensamento: o que é pensar, como é pensar, por que há o pensar? A Filosofia torna-se, então, o pensamento interrogando-se a si mesmo. Por ser uma volta que o pensamento realiza sobre si mesmo, a Filosofia se realiza como **reflexão**.

2.1.2. A Reflexão Filosófica

Reflexão significa movimento de volta sobre si mesmo ou movimento de retorno a si mesmo. A reflexão é o movimento pelo qual o pensamento volta-se para si mesmo, interrogando a si mesmo.

A reflexão filosófica é **radical** porque é um movimento de volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se a si mesmo, para indagar como é possível o próprio pensamento. Não somos, porém, somente seres pensantes. Somos também seres que agem no mundo, que se relacionam com os outros seres humanos, com os animais, as plantas, as coisas, os fatos e acontecimentos, e exprimimos essas relações tanto por meio da linguagem quanto por meio de gestos e ações.

A reflexão filosófica também se volta para essas relações que mantemos com a realidade circundante, para o que dizemos e para as ações que realizamos nessas relações. A reflexão filosófica organiza-se em torno de três grandes conjuntos de perguntas ou questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os **motivos**, as **razões** e as **causas** para pensarmos o que pensamos, dizermos o que dizemos, fazermos o que fazemos?

2. O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos? Isto é, qual é o **conteúdo** ou o **sentido** do que pensamos, dizemos ou fazemos?

3. Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a **intenção** ou a **finalidade** do que pensamos, dizemos e fazemos?

Essas três questões podem ser resumidas em: O que é pensar, falar e agir? E elas pressupõem a seguinte pergunta: Nossas crenças cotidianas são ou não um saber verdadeiro, um conhecimento?

Como vimos, a atitude filosófica inicia-se indagando: O que é? Como é? Por que é?, dirigindo-se ao mundo que nos rodeia e aos seres

humanos que nele vivem e com ele se relacionam. São perguntas sobre a **essência**, a **significação** ou a **estrutura** e a **origem** de todas as coisas.

Já a reflexão filosófica indaga: Por quê?, O quê?, Para quê?, dirigindo-se ao pensamento, aos seres humanos no ato da reflexão. São perguntas sobre a **capacidade** e a **finalidade** humanas para **conhecer** e **agir**.

2.1.3. Filosofia: um pensamento sistemático

Essas indagações fundamentais não se realizam ao acaso, segundo preferências e opiniões de cada um de nós. A Filosofia não é um 'eu acho que' ou um 'eu gosto de'. Não é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. Não é pesquisa de mercado para conhecer preferências dos consumidores e montar uma propaganda. As indagações filosóficas se realizam de modo **sistemático**.

Que significa isso?

Significa que a Filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado. Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossa experiência cotidiana, nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de dizer 'eu acho que', mas de poder afirmar 'eu penso que'.

O conhecimento filosófico é um trabalho intelectual. É sistemático porque não se contenta em obter respostas para as questões colocadas, mas exige que as próprias questões sejam válidas e, em segundo lugar, que as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de idéias e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente. (CHAUÍ, 1995, p.11-13)

Exercício:

1- O que Kant quer dizer com "não se aprende Filosofia, mas a filosofar"?

2- Como se caracteriza a postura de quem filosofa, segundo a visão de Chauí?

3- Que tipo de reflexão é a Filosofia? Acaso ela se parece com a espiritualidade? Justifique.

2.2. A Leitura do Texto Filosófico

Embora o aprendizado da leitura seja quase sempre pressuposto para quem ingressa na vida acadêmica, não é tão óbvio que todo aquele que é formalmente alfabetizado e concluiu o ensino médio (e muitas vezes, até mesmo, o ensino superior!) saiba ler. Por esta razão, mesmo depois de serem já formalmente alfabetizadas e terem algum grau de estudo, muitas pessoas ainda precisam *aprender* a ler.

Não nascemos sabendo ler, nem gostando de ler. A leitura se torna um hábito e uma parte importante de nossa vida, na medida da intensidade ou da frequência com que a exercitamos. Quanto menos alguém a pratica, tanto mais dificuldade encontra diante de qualquer tipo de texto que vai ler. Basta observarmos nas escolas e universidades para constatarmos o quanto a leitura é uma prática ainda pouco desenvolvida. Como se pode comprovar isso? Certamente há vários fatores que contribuem para isso, mas entre os aspectos mais reveladores dos déficits de leitura podemos citar a dificuldade na interpretação de textos e na argumentação e exposição oral ou escrita de um trabalho. Qualquer redação solicitada provoca murmúrios e lamentações entre os acadêmicos.

Por isso, não surpreende o fato do analfabetismo funcional. O analfabeto funcional é aquele que formalmente possui escolaridade, mas não sabe ler, analisar e interpretar um texto. Sabe que a letra "A" é a letra "A", assim como identifica todas as demais letras, mas não consegue extrair o significado das palavras no contexto em que elas se encontram dispostas.

Ler, portanto, é mais do que conhecer as letras e pronunciar o que está escrito sem gaguejar. Aquele que lê, sabe identificar e distinguir o sujeito e o predicado de uma frase; sabe o que o verbo significa, o tempo de sua conjugação; sabe quando uma afirmação é hipotética, quando é uma ordem, quando é uma inferência e assim por diante.

Ler pode ser, também, uma fonte de prazer e de satisfação. Normalmente a leitura nos traz isso, além de muitos outros benefícios. Mas, para chegar nesse ponto, temos que começar, em algum momento, o exercício cotidiano da leitura. Em outras palavras, é preciso querer fazer isso de modo decidido, com uma intenção firme e tomando todas as medidas necessárias para tal. Temos que querer isso com todas as nossas forças!

Em Filosofia, mais do que em qualquer outra área do conhecimento, a leitura é o principal meio de pesquisa e aprendizado. O nível de exigência é consequentemente diferenciado, na medida em que se trata de uma linguagem inteiramente nova para aquele que inicia o seu percurso.

O aprendizado da leitura do texto filosófico é um exercício que se pratica com paciência e persistência. Veremos mais adiante, quando tratarmos dos passos seguintes (análise e interpretação), que um dos principais erros que se comete em Filosofia é a *leitura apressada* dos textos.

Para ilustrarmos o que afirmamos até aqui sobre a importância da leitura, de modo geral, e da leitura em Filosofia, em particular, citamos algumas qualidades que podemos identificar respectivamente no quadro abaixo. É claro que podemos refletir criticamente sobre esta separação (se existem apenas ou bons ou maus leitores e assim por diante...), mas, didaticamente falando, o objetivo do texto é precisamente provocar a discussão.

Características do BOM e do MAU LEITOR[10]

BOM LEITOR	MAU LEITOR
O bom leitor lê rapidamente e entende bem o que lê. Tem habilidades e hábitos como:	O mau leitor lê vagarosamente e entende mal o que lê. Tem hábitos como:
1 – *Lê com objetivo determinado.* Ex.: aprender certo assunto, repassar detalhes, responder a questões.	1 – *Lê sem finalidade.* Raramente sabe por que lê.
2 – *Lê unidades de pensamento.* Abarca num relance o sentido de um grupo de palavras. Relata rapidamente as ideias encontradas numa frase ou parágrafo.	2 – *Lê palavra por palavra.* Pega o sentido da palavra isoladamente. Esforça-se por ajuntar os termos para poder entender a frase. Frequentemente tem de reler as palavras.
3 – *Tem vários padrões de velocidade.* Ajusta a velocidade da leitura com o assunto que lê. Se lê uma novela é rápido. Se lê um livro científico para guardar detalhes – lê mais devagar para entender bem.	3 – *Só tem um ritmo de leitura.* Seja qual for o assunto, lê sempre vagarosamente.
4 – *Avalia o que lê.* Pergunta-se frequentemente: que	4 – *Acredita em tudo o que lê.* Para ele, tudo o que é

[10] Conforme Bastos e Keller, 1996, p.45.

sentido tem isso para mim? Está o autor qualificado para escrever sobre o assunto? Está ele apresentando apenas um ponto de vista sobre o problema? Qual é a ideia principal deste trecho? Quais seus fundamentos?	impresso é verdadeiro. Raramente confronta o que lê com as próprias experiências ou com outras fontes. Nunca julga criticamente o escritor ou seu ponto de vista.
5 – *Possui bom vocabulário.* Sabe o que muitas palavras significam. É capaz de perceber o sentido das palavras novas pelo contexto. Sabe usar dicionários e o faz frequentemente para esclarecer o sentido de certos termos, no momento oportuno.	5 – *Possui vocabulário limitado.* Sabe o sentido de poucas palavras. Nunca relê uma frase para pegar o sentido de uma palavra difícil ou nova. Raramente consulta o dicionário. Quando o faz atrapalha-se em achar a palavra. Tem dificuldade em entender a definição das palavras e em escolher o sentido exato.
6 – *Tem habilidades para conhecer o valor do livro.* Sabe que a primeira coisa a fazer quando toma um livro é indagar do que trata, através do título, subtítulos encontrados na página de rosto e não apenas na capa. Em seguida lê os títulos do autor. Edição do livro. Índice. Orelhas do livro. Prefácio, bibliografia citada. Só depois é que se vê em condições	6 – *Não possui nenhum critério técnico para conhecer o valor do livro.* Nunca ou raramente lê a página de rosto do livro, o índice, o prefácio, a bibliografia etc., antes de iniciar a leitura. Começa a ler a partir do primeiro capítulo. É comum até ignorar o autor, mesmo depois de terminada a leitura. Jamais seria capaz de decidir entre leitura e simples

de decidir pela conveniência ou não da leitura. Sabe selecionar o que lê. Sabe quando consultar e quando ler.	consulta. Não consegue selecionar o que vai ler. Deixa-se sugestionar pelo aspecto material do livro.
7 – *Sabe quando deve ler um livro até o fim, quando interromper a leitura definitivamente ou periodicamente.* Sabe quando e como retomar a leitura, sem perda de tempo e sem perder a continuidade.	7 – *Não sabe decidir se é conveniente ou não interromper uma leitura.* Ou lê todo o livro, ou o interrompe sem critério objetivo, apenas por questões subjetivas.
8 – *Discute frequentemente o que lê com os colegas.* Sabe distinguir entre impressões subjetivas e valor objetivo durante as discussões.	8 – *Raramente discute com os colegas o que lê.* Quando o faz, deixa-se levar por impressões subjetivas e emocionais para defender um ponto de vista. Seus argumentos, geralmente, derivam da autoridade do autor, da moda, dos lugares comuns, das tiradas eloquentes, dos preconceitos.
9 – *Adquire livros com (relativa) frequência e cuida de ter sua biblioteca particular.* Quando é estudante, procura livros de textos indispensáveis e se esforça em possuir os chamados clássicos fundamentais. Tem interesse em fazer assinaturas de periódicos científicos. Formado, continua alimentando sua biblioteca e	9 – *Não possui biblioteca particular.* Às vezes é capaz de adquirir metros de livro para decorar a casa. É frequentemente levado a adquirir livros secundários em vez dos fundamentais. Quando estudante, só lê e adquire os compêndios de aula. Formado, não sabe o que

restringe a aquisição dos chamados compêndios. Tem o hábito de ir direto às fontes, de ir além dos livros de texto.	representa o hábito das "boas aquisições" de livro.
10 – *Lê assuntos vários.* Lê livros, revistas, jornais. Em áreas diversas: ficção, ciência, história, etc. Habitualmente nas áreas de seu interesse ou especialização.	10 – *Está condicionado a ler sempre a mesma espécie de assunto.*
11 – *Lê muito e gosta de ler.* Acha que ler traz informações e causa prazer. Lê sempre que pode.	11 – *Lê pouco e não gosta de ler.* Acha que ler é ao mesmo tempo um trabalho e um sofrimento.
12 – *O BOM LEITOR é aquele que não é bom só na hora da leitura. É bom leitor porque desenvolve uma atitude de vida: é constantemente bom leitor. Não só lê, mas sabe ler.*	12 – *O MAU LEITOR não se revela apenas no ato da leitura, seja silenciosa ou oral. É constantemente mau leitor, porque se trata de uma atitude de resistência ao hábito de saber ler.*

Exercício:

1- Leia a tabela acima e procure avaliar seu perfil; em qual das colunas você percebe mais características suas?

2- Você tem disposição de mudar isso para melhor? Justifique por quais razões acredita que a leitura é importante.

3- Qual sua opinião sobre a classificação que os autores fazem? Justifique.

2.4. A Análise do Texto Filosófico

Alguém pode se perguntar: por que razão, além da leitura, precisamos analisar o texto? Ou, ainda, qual a diferença de uma para a outra? E, por fim, no que consiste a análise de um texto filosófico?

Podemos aqui retomar o tema do "filosofar por conta própria", isto é, do exercício do pensar por si mesmo, da autonomia intelectual. Poderíamos perguntar: por onde se deve começar quando se pretende filosofar por conta própria? A leitura, a análise e a interpretação são condições fundamentais para isso, mesmo que o filosofar não se resuma a ler, analisar e interpretar. Quem faz Filosofia defende um ponto de vista, elabora um discurso, critica outros pontos de vista (outros discursos), constrói hipóteses de interpretação, investiga possibilidades e significados de uma teoria e, ao fazer isso, está o tempo todo avaliando argumentos (seus ou dos outros). Ora, o que é um argumento? Como ele é formado?

Uma definição muito simples, sem pretensão de substituir a de um dicionário, poderia ser essa: um argumento é um enunciado, composto por conceitos, por meio do qual afirmamos, negamos ou

criticamos uma tese, ponto de vista, opinião ou interpretação. Vemos, então, que o nosso trabalho tem tudo a ver com conceitos. É por meio deles que construímos todo nosso discurso, nossas interpretações e posicionamentos sobre algo no mundo. Vale relembrar aqui a definição de Kant, apresentada no início deste manual, isto é, a afirmação de que a Filosofia nada mais é do que uma atividade racional que opera com conceitos.

Ora, os conceitos possuem significado dentro de um determinado contexto de argumentação. Precisamente esse contexto pode ser identificado, bem como a perspectiva e o posicionamento do autor lido. Isso não se dá já no primeiro parágrafo do texto e, muitas vezes, não obtemos isso nem mesmo com uma leitura integral do texto, tenha ele a extensão que tiver. Por vezes, é na segunda ou terceira vez que lemos e analisamos um texto, que conseguimos captar o seu conteúdo essencial.

A análise, numa definição simples, é um procedimento posterior à leitura. É a reflexão sobre o que foi lido, e seu objetivo primeiro é a "decomposição" de um todo (ou de uma unidade), uma divisão em partes ou elementos. E, como diria René Descartes, esta decomposição é seguida do estudo minucioso de cada parte para, só depois de sanadas as dúvidas ou dificuldades sobre as partes e suas relações, reconstruir o todo, juntando todas as partes novamente (isto é, para fazer a *síntese).* É exatamente esse passo a mais que diferencia a análise da mera leitura. Portanto, apenas com a leitura (e sem a análise) não damos o passo inicial para o filosofar.

2.5. A Interpretação do Texto Filosófico

A esta altura o leitor poderá se perguntar: mas com leitura e análise eu já não teria dado conta da tarefa? Por que, além disso, interpretar? O que é interpretar? Por que é uma atividade importante para filosofar?

Comecemos pela insuficiência dos dois primeiros passos (leitura e análise). Quando já conseguimos ler e analisar um texto de filosofia, podemos, sem dúvida, considerar que conseguimos avançar

significativamente no aprendizado. Mas, para o processo ser completo, isto é, para a autonomia intelectual ser alcançada efetivamente (pensar por si mesmo), é preciso mais do que isso. Por quê? A resposta é simples.

Alguém pode se contentar com o mero conhecimento histórico da Filosofia, com a mera descrição do conteúdo das obras dos pensadores, sem que necessariamente, com isso, pense por conta própria, construa possibilidades de interpretação e compreensão de determinados problemas; enfim, sem que se proponha a "buscar a verdade", tarefa que é a essência do filosofar desde os seus primórdios. Em suma, alguém pode confundir Filosofia com o mero estudo da *História da Filosofia*, como alertávamos no início do nosso texto.

Não há a menor dúvida de que precisamos ler e conhecer a História da Filosofia. Sem ela não avançamos no aprendizado. Esse estudo é uma parte importante e, até mesmo, condição indispensável para se formar um pensador. Desse modo, ao lermos e analisarmos a *Ética a Nicômacos*, de Aristóteles, ou a *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant, estamos em condições de explicar seu conteúdo, de descrever sua estrutura argumentativa e de situá-la no contexto do debate de sua época, possivelmente. Mas apenas com isso não temos ainda condições de decidir se eles têm razão ou não no que dizem, se isso é verdadeiro ou válido até o presente, ou o quanto suas teorias podem ser sustentáveis. Justamente para realizar isso é que precisamos ir além da leitura e da análise, isto é, precisamos interpretar e comentar suas teses.

E, aqui, outro elemento: para interpretar, precisamos também construir hipótese(s), precisamos de argumentos que possibilitem a *justificação* ou *fundamentação* (oferecer razões) de sua validade/verdade e, portanto, precisamos argumentar. Se a interpretação que construirmos for considerada como válida, então tem de ser aceita como tal por qualquer outro ser racional, isto é, qualquer outro que seja capaz de entender e concordar necessariamente com a racionalidade dos argumentos apresentados, mesmo que eventualmente possa divergir em sua opinião ou gosto pessoal.

Interpretar, portanto, exige um percurso de cultivo e amadurecimento intelectual, uma preparação que se dá pelo convívio intenso com a literatura, com a leitura e com o exercício de análise dos textos. O contrário disso, isto é, o contrário de argumentar é recorrer à força, à autoridade, à coação ou intimidação. É buscar em qualquer outra instância que não seja a razão, a fonte de autoridade para sustentar uma posição, ideia ou tese. Em Filosofia, temos, portanto, de trabalhar com argumentos, ou seja, com a razão, com a crítica. Precisamos oferecer *razões* para que uma tese ou posição possa ser aceita como plausível ou como não-plausível pelos nossos interlocutores.

2.5.1 Regras de Interpretação[11]:

1. Leia o texto no original sempre que possível!
2. Leia o texto devagar e cuidadosamente!
3. Não interprete sozinho, mas dialogando com outros!
4. Procure passagens paralelas!
5. Não acredite cegamente na literatura secundária! Pense por si mesmo!
6. Cite de modo fiel ao texto!
7. Procure por hipóteses de interpretação alternativas e melhores!
8. Procure por uma interpretação coerente!
9. Examine interpretações em seus conteúdos objetivos!
10. Fique atento ao contexto da passagem que está sendo interpretada!
11. Identifique a tese central do texto!

[11] Gregor DAMSCHEN e Dieter SCHÖNECKER, 2012, p.270.

12. Reconstrua o argumento!

13. Procure por palavras logicamente emblemáticas!

14. Reconstrua abreviadamente, mas controle os enunciados do texto!

2.6. A Redação do Texto Filosófico

Aquele que lê, analisa, interpreta e, portanto, argumenta, está em condições de formular e expor de modo verbal ou escrito os seus próprios pensamentos. Aquele que não chegou a esse ponto está deficitário nas atividades antecedentes. Não existe a menor dúvida de que quem pouco lê pouco analisa e muito menos interpreta. E, nesse ponto, dificilmente será alguém que escreve e se expressa de modo adequado e razoável. Percebemos com frequência o quanto as redações nos processos de admissão ao ensino superior (Enem e vestibulares) causam temor e apreensão entre os candidatos. Um dos fatores decisivos, sem adentrarmos no mérito e nas causas desse fato, é que a leitura, de modo geral, não é um hábito da maioria da população.

Não é possível e nem concebível alguém querer trabalhar com Filosofia e não querer aprender a ler, analisar, interpretar, argumentar e escrever. Dito de outro modo: quem quer trabalhar com Filosofia tem que necessariamente desenvolver e aperfeiçoar continuamente essas capacidades.

No que segue, procuramos oferecer algumas indicações para quem vai redigir seus textos filosóficos. Novamente, a lista pode não ser completa, mas acreditamos que nela se encontram elementos fundamentais para um bom começo. Os trabalhos de Filosofia nos ajudam a tomar uma posição em relação a um tema/autor e, desse modo, contribuem para o exercício *autônomo* do nosso entendimento (de nossa capacidade de reflexão) e para o desenvolvimento da capacidade de redação e argumentação.

Escolha o tema, sempre que possível, a partir do que lhe interessa, de questões ou problemas práticos ou teóricos que lhe causam curiosidade, sobre os quais gostaria de querer saber mais. Elabore as

primeiras perguntas, procure torná-las bem precisas e com foco definido no marco geral do seu assunto.

Defina sobre o que exatamente você quer escrever: elabore uma estrutura (mesmo que provisória!), um esqueleto do texto antes de começar a redação. Procure a literatura básica, condizente/adequada com a extensão de sua proposta.

Escreva do modo mais claro e compreensível quanto possível: pergunte-se o que exatamente você quer dizer; qual o problema ou a pergunta que você quer responder.

Escreva pensando naquele que vai ler seu texto, isto é, de tal modo que a teoria ou o autor tratado no seu trabalho sejam compreensíveis e acessíveis até mesmo para o leitor que não tem maiores conhecimentos em Filosofia.

Esclareça tanto quanto possível o sentido de expressões ou conceitos que não tenham uma compreensão imediata e evidente para o leitor. Nem tudo o que dizemos ou escrevemos é imediatamente compreendido: por isso é importante situar o contexto, o sentido de um termo utilizado, a referência que está sendo empregada ou seguida... Use o recurso de notas no rodapé da página para explicações complementares.

Teste a primeira impressão que seu trabalho pode render. Para isso, peça a outra pessoa que julgue minimamente competente – amigo, colega ou professor – para ler o que você escreveu e tentar identificar pontos problemáticos, frases ou parágrafos que precisam ser mais desenvolvidos. Explore essas indicações e tente aprofundar o seu debate em torno de tais pontos.

Formule e empregue tanto quanto possível frases curtas e claras, com início, meio e fim ou, ainda, com sujeito e predicado claramente posicionados.

Quando você for contestar a posição de um autor, apresente o(s) problema(s) indicando a(s) obra(s) em que esta é desenvolvida, esclarecendo a sua posição (concordância e/ou discordância devidamente justificadas) em relação ao autor abordado, bem como

identificando (se conveniente, até mesmo numerando) os argumentos da sua justificação.

Detenha-se na exposição e análise dos argumentos (tanto daqueles do autor interpretado quanto dos seus). Evite a mera paráfrase (ou a mera descrição/reprodução) do que o autor disse. Lembre-se que interpretar é mais do que simplesmente ler e analisar. Você tem que construir e empregar argumentos próprios.

Apresente com suas próprias palavras (reconstrução) a posição do autor interpretado. Citações são sempre um recurso legítimo para dar ênfase ao seu próprio texto e, portanto, subsidiárias e secundárias em relação a ele. Use-as quando considerar necessárias (exercite e aprimore aí a faculdade de julgar!).

Quando se tratar de um único texto como objeto de análise, indique logo no início, em nota de rodapé, qual a obra, qual edição, qual tradução está sendo utilizada; posteriormente, fazer a referência apenas à sigla correspondente à obra, seguida da página. (No caso de Kant, por exemplo: GMS, Ak. 442).

Quando se tratar de várias obras de um mesmo autor, vale o mesmo princípio. Deixe isso especificado logo no início; faça-o na primeira oportunidade (se possível, ainda na introdução ou na parte inicial do texto), em rodapé.

Estruture seu texto de modo claro e deixe a estrutura visível para o leitor, através da numeração ou divisão clara das partes. Importante também é indicar a estrutura do seu trabalho já ao final da parte introdutória do texto (ex. "Para o tratamento da questão aqui proposta, desenvolverei(emos) o trabalho em três etapas: a) blablabla; b) blablabla e c) blablabla...").

Como conjugar o verbo? em primeira ou terceira pessoa? Pouco importa. Ambos os modos são legítimos. Há razões óbvias para a primeira (o texto é seu, não há porque ter medo de dizer que "neste trabalho eu pretendo desenvolver isso ou aquilo"...) e outras que tradicionalmente privilegiam a terceira pessoa do plural (mas ela sempre denota que há mais autores – implícitos ou explícitos – no trabalho: "nosso objetivo é explicar/ ou/ explicaremos aqui o sentido da palavra razão em Kant"...). Faça a sua opção e seja coerente até o

final. O emprego dos dois modos no mesmo texto só causaria dano ao texto e à sua reputação intelectual.

Formule cuidadosamente cada frase. Releia seu texto cuidadosa e pacientemente, de preferência alguns dias depois de tê-lo escrito (sempre podemos melhorar o sentido de uma frase, empregar termos mais precisos; ampliar e complementar um raciocínio).

2.6.1. Dez mandamentos para a redação de textos filosóficos[12]

1. O tema: tu deves tornar o objeto *teu* próprio objeto.

2. A estrutura: tu deves *desenvolver* teu tema.

3. A condução dos pensamentos: tu não deves apenas juntar frases *sem plano algum*.

4. A soberania: *nunca* deves *apenas repetir* pensamentos alheios.

5. O juízo: tu deves ser um juiz justo.

6. O estilo: tu deves refinar tua *linguagem.*

7. A correção: tu deves *dominar as regras.*

8. A internet: tu não deves cair em *tentação.*

9. As fontes: tu deves te apropriar da discussão.

10. As formalidades: tu deves tornar as coisas fáceis para o teu leitor.

---

[12] HÜBNER, Dietmar. *Zehn Gebote für das philosophische Schreiben*. Ratschläge für Philosophie-Studierende zum Verfassen wissenschaftlicher Arbeiten. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012. (Estes mandamentos constituem apenas itens do *sumário* da obra, que posteriormente são comentados detalhadamente pelo autor na forma de capítulos do livro. Os itálicos são acréscimos meus).

Exercício:

1- Escolha um tema ou autor de seu interesse. Pode ser até mesmo um autor que você ainda não conhece, mas sobre o qual gostaria de ler e aprender. Elabore uma redação de até cinco páginas.

2.7. Áreas da Pesquisa (disciplinas) em Filosofia

Áreas de pesquisa, também classificadas, por vezes, como *disciplinas*, da Filosofia variam de acordo com o âmbito de seus interesses, métodos e de seus objetos de estudo. Esta lista não pretende esgotar as possibilidades até porque, de tempos em tempos, surgem novas ramificações e subdivisões no interior destas mesmas que vamos apresentar. Além disso, convém esclarecer que as significações aqui estabelecidas são bastante simples e resumidas, visando meramente uma primeira familiarização por parte do leitor. No decorrer do Curso, estes tópicos certamente serão aprofundados ao longo das próprias disciplinas.

ANTROPOLOGIA

Literalmente significa "o estudo do homem". A Antropologia quer investigar *o que* e *quem* é o homem. A busca do conhecimento da natureza humana é um dos temas centrais da Filosofia. O conhecimento das aptidões naturais do homem, de sua constituição, a um tempo físico-biológica, mas também social, política, cultural e espiritual (no sentido da vida psíquica) são de fundamental importância para a compreensão do fenômeno humano e para a identificação de sua posição no cosmos. Várias perguntas fundamentais da Filosofia são postas em perspectiva antropológica: é

o homem um ser livre? Ou, antes, é um ser, como os demais seres, submetido unicamente à causalidade natural? É ele bom por natureza? Ou é corrupto desde sua chegada ao mundo?

ÉTICA

Por vezes é também chamada de Filosofia da Moral. As questões fundamentais da Ética dizem respeito à liberdade e à bondade nas ações humanas. Entre seus objetivos, estão os esforços por responder a perguntas como: o que é uma vida boa? O que é a justiça? Com base em quais critérios podemos dizer que uma ação é boa ou má? Quais regras morais ou princípios podem ser aceitos como legítimos e justificáveis racionalmente? Podemos imaginar e conceber uma ética universal, para além das diferenças culturais? A ética deve ser subordinada à religião? Tais perguntas dizem respeito à *fundamentação* de normas e princípios. Ao se formularem respostas para tais perguntas adentramos no campo da *Ética Normativa*. Trata-se da reflexão metódica que visa à *fundamentação e crítica* da moral. Esta pretende, portanto, estabelecer normas ou princípios segundo os quais devemos nos orientar. Estabelece com isso uma teoria sobre o que é moralmente *bom*. Um campo relacionado com a Ética, chamado de *Metaética*, diferentemente da Ética Normativa, investiga a natureza dos princípios morais, condições de verdade e validade de enunciados éticos. A Metaética quer distinguir o que diferencia convicções morais de outras convicções. Seu objetivo não está na fundamentação de critérios para a ação moral correta, mas a mera análise da linguagem da moral.

ESTÉTICA

Trata de investigar a determinação geral do que é belo, sua aparência e suas formas, tanto nas artes, quanto na natureza, bem como o efeito causado sobre os seus espectadores. Além disso, procura analisar e estabelecer as condições de validade do juízo estético. Procura responder a questões como: o que é a beleza? Gosto pode ser discutido? A partir de que critérios? Nossas opiniões sobre gosto

podem pretender valer também para todas as pessoas ou valem apenas para nós?

METAFÍSICA OU ONTOLOGIA

Também chamada de "filosofia primeira", pelo menos desde Aristóteles, na medida em que procura pelas causas ou fundamentos primeiros do ser enquanto ser. Seus temas são: o ser mesmo (Ontologia); o ser divino (Teologia Filosófica); a alma ou *psiquê* (Psicologia) e a relação do ser em todo o seu conjunto (Cosmologia).

LÓGICA

Ocupa-se com as formas, os métodos e os princípios corretos, isto é, objetivamente válidos, de fazer inferências e, portanto, de raciocinar e argumentar. Suas subdivisões mais conhecidas são: Lógica Formal, Lógica Simbólica. É uma das disciplinas fundamentais não apenas para o estudo da Filosofia, mas para qualquer tipo de estudo acadêmico, em geral, na medida em que todo e qualquer estudo implica raciocinar e argumentar. Pertencem ao seu âmbito, portanto, questões como: o que é um argumento e como avaliar sua correção? O que é um argumento falacioso? O que é um silogismo? Como se caracteriza uma dedução? O que é um raciocínio indutivo? Pode-se estudar a lógica também na perspectiva histórica: lógica na antiguidade; lógica medieval, lógica moderna e lógica contemporânea.

TEORIA DO CONHECIMENTO E DA CIÊNCIA

Trata de investigar e estabelecer as condições, a essência e os limites do conhecimento. Nesse sentido, analisa tanto as faculdades do sujeito (aquele que conhece) e sua relação com o objeto (o conhecido). De modo semelhante, a Teoria da Ciência ocupa-se com os pressupostos e fundamentos dos conhecimentos das ciências particulares. Métodos, princípios, conceitos e objetivos são submetidos ao exame e à crítica. De modo resumido, pode-se dizer

que ambas enfrentam a questão: *o que* e *como* - efetivamente - podemos conhecer? Pode nosso conhecimento ser objetivo?

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Tem como objeto de investigação a origem, o desenvolvimento, o significado e a função da linguagem. Visa compreender a relação entre as palavras, seu significado e seu uso. Analisa as perspectivas a partir das quais podemos interpretar/compreender sua relação com o pensamento (é a linguagem que determina o pensamento ou o pensamento que determina a linguagem?). Ocupa-se com questões como, por exemplo: como pode a linguagem representar a realidade? Quais os limites do que podemos dizer com sentido? O que é o significado? Qual é a natureza da linguagem? Nessa área, também se pode estudar as diferentes concepções filosóficas sobre a linguagem ao longo da tradição. Após Wittgenstein, um dos nomes mais importantes da filosofia do século XX, especialmente nas reflexões sobre a linguagem, há pelo menos duas tendências no interior da Filosofia da Linguagem: a filosofia da linguagem ideal, que procura, mediante a crítica e formalização, investigar as condições e as possibilidades de se formular uma linguagem precisa e que corresponda aos padrões científicos; e outra tendência, a chamada filosofia da linguagem ordinária, que se volta para a compreensão da linguagem em seu emprego ou uso cotidiano, como fenômeno fundamental.

FILOSOFIA DO DIREITO

Investiga o conceito, o fundamento e as origens históricas do direito. Aborda as diferentes teorias sobre o direito. Investiga temas e problemas relacionados ao direito a partir de diversas perspectivas: lógica, moral, epistêmica, social e psicológica. Discute fundamentalmente problemas relacionados à justiça, à igualdade, à liberdade, à propriedade, à distribuição de bens, aos direitos e deveres, à cidadania, à punição e outros.

FILOSOFIA DA RELIGIÃO

Aborda o tema da religião desde a perspectiva de seus fundamentos, seu significado histórico, social, psicológico e antropológico. Debate sobre os conteúdos e ensinamentos com o objetivo de identificar seus pressupostos, sua relação com a metafísica e as consequências morais das diversas doutrinas. Privilegia também a relação entre Teologia e Filosofia ao longo da história, bem como as diversas tradições e pensadores que procuraram argumentos para a demonstração da existência de Deus, da vida após a morte (alma) e temas a estes relacionados.

FILOSOFIA DA HISTÓRIA

É a abordagem da história a partir uma perspectiva filosófica. Não se trata de um interesse na mera descrição dos fatos históricos; pelo contrário, trata-se de uma interpretação do acontecer histórico de uma perspectiva universal interessada em compreender, até onde é possível, se há um sentido na história, se há e quais são os dinamismos nela ocultos que operam o seu acontecer. Investiga-se, por exemplo, se e como a história pode nos oferecer elementos para interpretá-la como "*progresso*" ou mesmo como "*regresso*" da humanidade; se e como podemos interpretá-la em perspectiva teleológica, isto é, se há uma *finalidade imanente* ou até mesmo *transcendente* para a história. A partir disso, quer-se também estabelecer qual o papel do indivíduo e das sociedades, das culturas e dos valores no quadro daquelas considerações.

FILOSOFIA POLÍTICA

Investiga, entre outros temas, a natureza e finalidade da política; as formas de governo, seus pressupostos, fundamentos e consequências; a relação entre indivíduo (cidadão) e sociedade (Estado); o papel do Estado; formas de legitimação do poder político; os conflitos de interesse entre as classes sociais, problemas relacionados à justiça e ao direito, o papel das instituições no interior da sociedade; os regimes e a ideologia dos partidos políticos.

3. BREVE PANORAMA HISTÓRICO

São objetivos desta terceira parte do manual apresentar de modo resumido – como o título sugere acima – um panorama histórico da Filosofia, desde suas origens gregas até a nossa época. Cabe alertar que nosso propósito aqui não é o de escrever um livro de história da Filosofia, mas apenas indicar alguns dos principais pensadores representativos de cada período e colocar o contexto das discussões e problemas que marcaram o pensamento de cada época. Este panorama, portanto, não substitui, nem dispensa as leituras das obras de História da Filosofia. Deve servir de indicação e incentivo para tal. Ao longo do curso como um todo, os temas, os diferentes autores e os períodos históricos da Filosofia serão objetos de estudo, podendo, portanto, serem conhecidos com mais profundidade no conjunto das demais disciplinas.

3.1. Filosofia Antiga

3.1.1. Período pré-socrático ou cosmológico

Esse período é denominado de pré-socrático por abranger e identificar o conjunto de investigações e reflexões filosóficas que antecede a época de Sócrates (470 – 399 a. C.). É o período que marca "a fase inaugural" da filosofia grega e "tem seu berço na cidade de Mileto, situada na Jônia, litoral ocidental da Ásia Menor" (COTRIM, 2002, p. 77). Além de Mileto, outras cidades como Éfeso, Clazômenas, Samos e Eléia foram locais em que o pensamento pré-socrático teve seu florescimento. Essa época é também conhecida como o período *naturalista* ou *cosmológico* e remonta ao final do século VII e início do século VI a.C..

Mas, afinal, alguém pode perguntar: por que razão tal período é chamado de naturalista ou cosmológico? A explicação é muito simples: nesse período da história do pensamento ocidental as preocupações estavam voltadas fundamentalmente para a explicação da origem do mundo e para as causas das transformações da natureza. Os filósofos desse período estavam voltados à observação da natureza e à busca do seu princípio *arché*, isto é, de seu "começo, ponto de partida, substância suprema subjacente" (PETERS, 1983, p.36).

Por conta desta preocupação fundamental com o mundo natural, os pensadores dessa época são chamados igualmente de "filósofos da physis"[13]. Aristóteles referia-se a eles como *physikoi*, isto é, aqueles que se interessavam pelo estudo da *physis*.

O termo grego *physis* é associado, de modo geral, ao termo natureza[14], que se originou da tradução latina de *physis*, isto é, do termo *natura.* De acordo com a definição de Ferrater Mora (2009, p 2779), em sua forma no infinitivo (*physein*) significa "produzir, fazer crescer, engendrar, crescer, formar-se". Por outro lado, o termo *natura* indica igualmente nascimento, origem e princípio (princípio entendido aqui no sentido de início ou surgimento). Dito de outro modo, o termo refere-se a um estado de coisas, sua composição, evento ou acontecimento, mas ao mesmo tempo também a um processo que promana de uma fonte ou força que atua como sua causa intrínseca. "Processo ou gênese", "substância física como matéria originária" e "princípio interno organizador da estrutura das coisas" são indicados por Peters (1983, p.189) para explicar os sentidos ou empregos do termo, bem como os traços distintivos desse conceito.

O alemão Werner Jaeger, estudioso da cultura helênica, observa, com efeito, que a forma de especulação que o pensamento naturalista originou não deve ser confundida com a ciência da física. "O seu interesse fundamental era, na realidade, o que na nossa linguagem corrente denominamos de metafísica" (2001, p.196). Ele argumenta ainda que:

---

[13] Ver REALE e ANTISERI, 1990, p.29.

[14] Ver PETERS, 1983, p.189-191; e também FERRATER MORA, 2009, Tomo III, p.2779.

> No conceito grego de *physis* estavam inseparáveis, as duas coisas: o problema da origem – que o obriga o pensamento a ultrapassar os limites do que é dado na experiência sensorial – e a compreensão, por meio da investigação empírica (ίστορίη), do que deriva daquela origem e existe atualmente (τα όντα). Era natural que a tendência inata dos jônios – grandes exploradores e observadores – para a investigação levasse as questões a um maior aprofundamento, onde aparecem os problemas últimos. É natural também que, uma vez colocado o problema da origem e essência do mundo, se desenvolvesse progressivamente a necessidade de ampliar o conhecimento dos fatos e a explicação dos fenômenos particulares (JAEGER, 2001, p.197).

No que segue, apresentamos de forma resumida a posição dos primeiros estudiosos da *physis*, iniciando por aquele que deu o primeiro passo para a inauguração dessa tradição: Tales de Mileto.

TALES DE MILETO (aprox. 624- 546 a.C.)[15]

Tales foi matemático e astrônomo e é considerado por muitos o "pai da filosofia ocidental". Essa definição foi dada a ele por Aristóteles (Met. A, 3, 983 b 20). Entre os prodígios realizados por ele, Anthony Kenny (1998, p.21) indica que "foi capaz de medir a altura de pirâmides através da medição de suas sombras" [...] "identificou a constelação da Ursa Menor e sublinhou sua utilidade para a navegação" e teria sido o "primeiro grego a fixar a duração do ano em 365 dias e [que] fez estimativas dos tamanhos do Sol e da Lua". Entre as anedotas mais conhecidas a seu respeito, pode-se mencionar aquela narrada por Platão, no *Teeteto* (174 a), que relata que, durante uma de suas observações dos astros do céu, Tales caiu em um poço e uma escrava que teria visto tal fato riu-se dele e observou com ironia que

[15] Essas datas são indicadas pelo historiador alemão, Johannes HIRSCHBERGER (1980, p.18) apenas como prováveis. Não há uma certeza sobre as datas exatas de seu nascimento e morte, mas tem-se como certo que ele viveu entre o final do século VII e meados do século VI. Esse problema é confirmado igualmente por REALE e ANTISERI (1990, p.29); FERRATER MORA (2009, Tomo IV, p. 3440) entre outros.

ele estava tão interessado nas coisas extraterrenas que não era capaz de ver o que estava embaixo dos seus pés.

O relato de Diógenes Laércio conta que ele teria morrido após a queda em uma cisterna, enquanto observava os astros, por volta do ano de 562 a. C. (Cf. MONDIN, 1982, p.17).

Insatisfeito com as explicações oferecidas pela narrativa mítica e pela visão mágico-religiosa do mundo, Tales visava uma compreensão racional do universo e dava como certo que, apesar de toda a diversidade dos seres, haveria um elemento comum que unificaria e que estaria presente em todas as coisas.

Os historiadores da Filosofia relatam de modo unânime que Tales foi o primeiro pensador a colocar em questão: "qual é a causa última e princípio supremo de todas as coisas?" (MONDIN, 1982, p.17). Pormenorizando ainda mais a questão: trata-se de um único princípio ou de mais de um (seriam múltiplos)? A diversidade das coisas parecia ser perpassada por quatro elementos: água, ar, terra e fogo. No entanto, para Tales, um deles teria a prioridade sobre os demais.

Nesse sentido, ele foi igualmente o primeiro a postular "a existência de um princípio último, originário e único que seria a causa de todas as coisas que existem" (REALE e ANTISERI, 1990, p.29): esse princípio era, para Tales, a água.

> A água seria a *physis,* que, no vocabulário da época, abrangia tanto a acepção de 'fonte originária' quanto a de 'processo de surgimento e de desenvolvimento', correspondendo perfeitamente a *'gênese'* (SOUZA, 1996, p.19).

Cabe lembrar, todavia, que a água à qual Tales se refere como princípio supremo e destino último de todas as coisas não é a água na forma como a conhecemos (isto é, como água potável ou mesmo a água dos mares e rios). Reale e Antiseri observam, a esse respeito, que:

> A água de Tales deve ser pensada em termos totalizantes, ou seja, como a *physis* líquida originária da qual tudo deriva e da qual a água que bebemos é apenas uma das manifestações (1990, p.31).

Para finalizar os apontamentos sobre Tales, vale revisitarmos uma passagem muito pertinente a esse contexto, extraída da *Metafísica* de Aristóteles:

> Os que por primeiro filosofaram, em sua maioria, pensaram que os princípios de todas as coisas fossem exclusivamente materiais. De fato, eles afirmaram que aquilo de que todos os seres são constituídos e aquilo de que originariamente derivam e aquilo em que por último se dissolvem é elemento e princípio dos seres, na medida em que é uma realidade que permanece idêntica mesmo na mudança de suas afecções. Por esta razão eles creem que nada se gere e nada se destrua, já que tal realidade sempre se conserva. Assim como não dizemos que Sócrates é gerado em sentido absoluto quando se torna belo ou músico, e não dizemos que perece quando perde esses modos de ser, porque o substrato – ou seja, o próprio Sócrates – continua a existir, assim também devemos dizer que não se corrompe, em sentido absoluto, nenhuma das outras coisas. De fato deve haver alguma realidade natural (uma só ou mais de uma) da qual derivam todas as outras coisas, enquanto ela continua a existir sem mudança. [...] Todavia, esses filósofos não são unânimes quanto ao número e à espécie desse princípio. Tales, iniciador desse tipo de filosofia, diz que o princípio é a água (por isso afirma também que a terra flutua sobre a água), certamente tirando essa convicção da constatação de que o alimento de todas é úmido de que até o calor se gera do úmido e vive no úmido. Ora, aquilo de que todas as coisas se geram é o princípio de tudo. Ele tirou, pois, essa convicção desse fato e também do fato de que as sementes de todas as coisas têm uma natureza úmida, sendo a água o princípio da natureza das coisas úmidas. (Met., 983 b 7ss.)

ANAXIMANDRO DE MILETO (aprox. 610 – 545 a.C.)

Nascido em Mileto, foi matemático, astrônomo e filósofo. Entre suas principais elaborações científicas estão um mapa da Terra e um globo celeste, bem como um relógio solar[16]. Jaeger confirma tais feitos e destaca que ele teria sido a figura mais imponente dos físicos

[16] Cf. HIRSCHBERGER, 1980, p. 20.

milesianos, por ter criado “uma imagem do mundo de verdadeira profundidade metafísica e rigorosa unidade arquitetônica. Foi ele também o criador do primeiro mapa da Terra e da geografia científica” (2001, p.198).

Como Tales, também se ocupou da pergunta sobre o princípio unificador de tudo o que existe. Dele temos o primeiro escrito filosófico do Ocidente, cujo título é “Sobre a Natureza” (περί φύσεως) e do qual um fragmento ficou para a posteridade. Hirschberger (1980, p.20) observa que não se deve entender esse texto como um tratado de filosofia da natureza no sentido moderno do termo. Pelo contrário, trata-se de um texto de filosofia geral ou de metafísica, para uma definição mais exata.

Para Anaximandro, o princípio originário de todas as coisas não pode ser uma coisa determinada como era o elemento da água em Tales. Tampouco poderia ser a terra, o fogo e o ar, por exemplo. Ora, era precisamente a origem de tudo o que é determinado que se queria explicar.

> O elemento básico de tudo, sustentava, não podia ser a água nem o fogo, nem nada de semelhante, pois, caso contrário, esse elemento invadiria gradualmente o universo. Tinha de ser algo sem uma natureza definida, a que chamou o «infinito» ou o «ilimitado». «O infinito é o primeiro princípio das coisas que existem: é eterno e sem idade e contém todos os mundos» (KENNY, 1998, p.22).

A esse princípio (*archê*) Anaximandro deu o nome de *a-peiron* (απειρον), “que significa aquilo que é *privado de limites*, tanto externos (ou seja, aquilo que é infinito espacialmente e, portanto, quantitativamente) como internos (ou seja, aquilo que é qualitativamente indeterminado)” (REALE e ANTISERI, 1990, p.32). Na medida em que é infinito, ele não tem, portanto, nem um fim e nem mesmo um começo.

ANAXÍMENES DE MILETO (aprox. 585 – 528 a. C.)

Foi discípulo de Anaximandro. Anaxímenes concebe o ar como o princípio originário (*arché*) a partir do qual tudo existe. Nas suas palavras:

> Exatamente como a nossa alma (ou seja, o princípio que dá a vida), que é ar, se sustenta e se governa, assim também o sopro e o ar abarcam o cosmos inteiro. [...] O ar está próximo ao incorpóreo (no sentido de que não tem forma nem limites como os corpos e é invisível) e, como nós nascemos sob o seu fluxo, é necessário que ele seja infinito e rico, para não ficar reduzido (*apud* REALE e ANTISERI, 1990, p.34).

Kenny caracteriza o pensamento de Anaxímenes da seguinte maneira:

> No seu estado estável o ar é invisível, mas, quando se move e se condensa, torna-se primeiro vento, depois nuvem e a seguir água, e, finalmente, a água condensada torna-se lama e pedra. Presumivelmente, o ar rarefeito torna-se fogo, o que completa a gama dos elementos. Para apoiar a sua teoria, Anaxímenes apelava à experiência: «Os homens libertam das suas bocas tanto o calor como o frio; pois o sopro arrefece quando é comprimido e condensado pelos lábios, mas, quando a boca se relaxa e o ar se exala, torna-se quente em virtude da sua rarefação». Assim, a rarefação e a condensação podem gerar tudo a partir do ar subjacente (1998, p.23).

Além destas observações, cabe destacar o que tanto Kenny, quanto Reale e Antiseri apontam em suas respectivas obras de história da Filosofia (tanto no que se refere a Anaxímenes quanto ao seu mestre Anaximandro). A despeito de tais concepções parecerem bastante singelas, trata-se, contudo, de "ciência ingênua" e que são, em muitos aspectos, visões extraordinariamente "antecipadoras" que direta ou indiretamente influenciaram concepções que surgiram ao longo dos séculos posteriores.

Além dos pensadores acima apresentados, podemos indicar neste contexto, de modo bastante breve, os seguintes nomes:

HERÁCLITO DE ÉFESO (aprox. 544 – 484 a.C.)

Foi considerado um dos pensadores mais obscuros e uma das personalidades mais controversas entre os antigos. É também considerado um dos precursores do pensamento dialético[17]. Para ele, o movimento incessante (ao qual ele chama de *devir* ou *vir-a-ser*) é o princípio de todas as coisas. De acordo com Reale e Antiseri, os pensadores anteriores a ele já haviam, de certo modo, acenado para o dinamismo e para a transformação da natureza (as coisas nascem, crescem e desaparecem...), mas não tinham percebido que esse mesmo é o princípio que tudo governa. Para Heráclito, é exatamente esse o ponto central.

> Para ele, a vida era um fluxo constante, impulsionado pela luta de forças contrárias: a ordem e a desordem, o bem e o mal, o belo e o feio, a construção e a destruição, a justiça e a injustiça, o racional e o irracional, a alegria e a tristeza, etc. (COTRIM, 2002, p.81).

É nessa perspectiva que deve ser compreendida sua afirmação de que "a guerra é a mãe de todas as coisas e de todas as coisas é rainha" (apud REALE e ANTISERI, 1990, p.36). Além desses aspectos, Kenny observa que:

> Na cosmologia de Heraclito, o fogo desempenha o papel que a água tinha em Tales e o ar, em Anaxímenes. O mundo é um fogo sempre ardente: todas as coisas vêm do fogo e vão para o fogo; «todas as coisas se podem trocar pelo fogo, como os bens se trocam por ouro e o ouro por bens». Há um caminho descendente, no qual o fogo se transforma em água e a água em terra, e um caminho ascendente, no qual a terra se transforma em água, a água, em ar e o ar, em fogo. A morte da terra é tornar-se água, a morte da água é tornar-se ar e a morte do ar é tornar-se fogo. Há um único mundo, o mesmo para todos, e não foi Deus nem o homem que o fizeram; sempre existiu e sempre existirá, passando, de acordo com ciclos determinados pelo destino, por uma fase de inflamação, que é a guerra, e uma de combustão, que é a paz. (1998, p.26-27).

[17] Cf. COTRIM, 2002, p.81.

PITÁGORAS DE SAMOS (aprox. 570 – 490 a.C.)

> Nascido em Samos, ao largo da costa da Turquia, emigrou para Crotona, na extremidade da Península Itálica. Pitágoras tem direito a ser considerado o pai da geometria enquanto estudo sistemático. O seu nome tornou-se familiar a muitas gerações de crianças europeias em idade escolar porque lhe foi atribuída a primeira demonstração de que o quadrado da hipotenusa de um triângulo retângulo é igual em área à soma dos quadrados dos outros dois lados (KENNY, 1998, p.19-20).

Em Crotona, no sul da Itália, ele se estabeleceu e fundou sua escola. De acordo com Reale e Antiseri, seus seguidores, além de formar uma espécie de fraternidade ou comunidade religiosa, viviam segundo alguns princípios rígidos, e seus estudos e investigações eram, em sua maioria, mantidos em sigilo rigoroso (1990, p.40).

Pitágoras defendia a "mentempsicose", isto é, a doutrina da transmigração das almas (o que hoje se chama de reencarnação). Mais adiante, esse tema também apareceria em Platão.

Para Pitágoras, o *número* é o princípio a partir do qual tudo se constitui. Tudo é composto por estruturas matemáticas. São elas que mantêm a ordem do cosmos na medida em que determinam o indeterminado e estabelecem limites precisos. Os números não eram compreendidos como na atualidade na sua mera forma abstrata; pelo contrário, eles eram a essência mesma das coisas. Todas as coisas eram, nessa concepção, derivadas dos próprios números.

EMPÉDOCLES (aprox. 492 – 432 a.C.)

Nasce em Agrigento. Filósofo e também médico – que, por vezes, recorria até mesmo à magia para curar. Atuou intensamente na vida política e acreditou até mesmo ser um deus. Segundo alguns relatos, ele teria se jogado no vulcão Etna para demonstrar sua divindade; outros afirmam que ele o fez por sacrifício.

> A filosofia da natureza de Empédocles pode ser encarada como uma síntese do pensamento dos filósofos jônicos. Como vimos, cada um deles escolheu uma certa substância como o

> ingrediente básico do universo: para Tales, era a água; para Anaxímenes, o ar; para Xenófanes, a terra; para Heráclito, o fogo. Para Empédocles, todas essas quatro substâncias estavam em pé de igualdade enquanto elementos básicos (ou «raízes», para usar o seu termo) do universo. Empédocles pensava que esses elementos tinham existido desde sempre, mas que se misturavam uns com os outros, em várias proporções, para dar origem àquilo que constituía o mundo (KENNY, 1998, p.36-37).

Para ele, são os quatro elementos (água, ar, terra e fogo) que, movidos pelas forças do *amor* e do *ódio*, causam o dinamismo do devir e, por meio de diferentes combinações dos elementos, geram os seres. O triunfo e domínio do amor asseguram a permanência da vida. Quando o ódio é que prevalece, segue-se a morte, a corrupção e a desagregação.

ANAXÁGORAS (aprox. 500 – 425 a.C.)

Nasce em Clazômenas e passa cerca de três décadas de sua vida em Atenas. Para ele, o nascimento e a morte das coisas indicam processos que evidenciam uma composição de coisas, no primeiro caso, e uma divisão de coisas, no segundo caso. Essas coisas pré-existentes, cuja composição pode mesmo originar os quatro elementos, que eram defendidos antes como se fossem princípios, são como que "sementes originárias". Elas são muitas e são infinitas, não apenas quantitativa, mas qualitativamente. A elas Anaxágoras chama de "homeomerias" (que significa partes semelhantes). "O movimento que faz nascer as coisas a partir da mistura caótica originária é realizado por uma inteligência divina" (REALE e ANTISERI, 1990, p.63).

LEUCIPO (Mileto, aprox. Séc. V a.C.) e **DEMÓCRITO** (Abdera, aprox. 460 – 370 a.C.)

São os expoentes da doutrina sobre o *átomo* (*a-tómos*). Leucipo é considerado o fundador da doutrina, que foi passada para seu discípulo Demócrito e aperfeiçoada pelo mesmo.

> A característica fundamental do atomismo de Demócrito era a de que a matéria não era infinitamente divisível. De acordo com o atomismo, se tomarmos uma porção de qualquer tipo de matéria e a dividirmos tanto quanto pudermos, teremos de parar em alguma altura, naquela altura em que chegarmos a fragmentos tão ínfimos que sejam indivisíveis (KENNY, 1998, p.40).

Segundo esta concepção, tudo o que existe é composto por partículas indivisíveis (do grego, *a-tómos* significa literalmente *não-divisível*). O nascer nada mais é do que o agregar-se de coisas que já existem e o morrer, um desagregar-se ou separar-se dessas coisas. Estas coisas são corpos indivisíveis pela pequenez e volume. Acaso e necessidade são as forças que ocasionam o agregar e o desagregar-se das coisas.

Segundo Cotrim (2002, p.85), a principal contribuição de Demócrito para a história do pensamento estaria em sua "concepção mecanicista" do mundo.

PARMÊNIDES (Eléia, aprox. 540 – 470 a.C.) e **ZENÃO** (Eléia, aprox. 460 a.C.)

Esses dois pensadores são os principais representantes da chamada escola eleática, denominação relacionada ao nome da sua cidade natal. Parmênides é o fundador dessa escola e, por meio de suas investigações, causa uma "mudança de paradigma" na filosofia antiga: a transição da pesquisa no campo da cosmologia (predominante nos filósofos da *physis*) para as investigações no campo do que mais tarde os pensadores denominaram de *ontologia* (o estudo do ser enquanto ser). Sua obra, que tem como título *Sobre a Natureza*, é, na verdade, um poema, do qual restaram o "prólogo" integralmente, a primeira parte, em quase sua totalidade, e fragmentos da segunda parte[18].

Em sua introdução à Antologia de Textos dos Pré-Socráticos, Souza (1996, p.26) descreve o poema de Parmênides da seguinte maneira:

---

[18] Cf. REALE e ANTISERI, p.50.

> O poema de Parmênides divide-se em três partes: o proêmio, rico em metáforas, descreve uma experiência de ascese e de revelação; a primeira parte apresenta o conteúdo principal dessa revelação mostrando o que seria a 'via da verdade'; a segunda parte caracteriza a 'via da opinião'. A distinção fundamental entre os dois caminhos está em que, no primeiro, o homem se deixa conduzir apenas pela razão e é então levado à evidência de que 'o que é, é — e não pode deixar de ser' (primeira formulação explícita do princípio lógico-ontológico de identidade). Já na segunda via, 'os mortais de duas cabeças', pelo fato de atentarem para os dados empíricos, as informações dos sentidos, não chegariam ao desvelamento da verdade *(aletheia)* e à certeza, permanecendo no nível instável das opiniões e das convenções de linguagem.

Ora, pode-se perceber aí que, para Parmênides, só existem duas possibilidades para compreendermos a realidade: a "via da verdade" é o caminho do pensamento, da razão, e a "via da opinião", que se deixa conduzir pelas aparências enganosas, pela crendice. Neste ele estava plenamente convencido de que, ao se buscar o princípio último para tudo o que existe tanto nos elementos naturais, quanto na dinâmica ou no movimento e transformação da natureza, permanecia-se na "via da opinião". Em outras palavras, a cosmologia elaborada até então apontava apenas para a superfície de algo muito mais profundo e radical. Ela não desvelava a unidade do ser.

Para ele, o ser é uno, total, inabalável, eterno, imutável, imóvel e indivisível. E aqui entra sua crítica a Heráclito: na medida em que o ser tem tais características, não existe o devir, pois a transformação que vemos é mera aparência. Desse modo, Heráclito deixou-se conduzir pela "via da opinião" e não pela "via da verdade".

O princípio básico da ontologia de Parmênides é este: *o ser é e não pode não ser; o não ser não é e não pode ser de modo algum.* Com este princípio, ele também apresenta o que permanecerá uma regra fundamental da lógica: o princípio da não-contradição.

Nas palavras de Werner Jaeger,

> A descoberta do pensamento puro e da sua necessidade rigorosa surge em Parmênides como a abertura de um novo

> ‘caminho’, mais, do único caminho praticável para chegar à posse da verdade. [...] Parmênides é o primeiro pensador que levanta conscientemente o problema do método científico e o primeiro que distingue com clareza os dois caminhos principais que a filosofia posterior há de seguir: a percepção e o pensamento. O que não conhecemos pela via do pensamento é apenas opinião dos homens. Toda salvação se baseia na substituição do mundo da opinião pelo mundo da verdade. Parmênides considera esta conversão algo violento e difícil, mas grande e libertador. [...] Em tudo o que Parmênides escreveu palpita a emocionante experiência desta conversão da investigação humana ao pensamento puro (2001, p.221).

O pensamento de Parmênides certamente causou reações e debates entre seus contemporâneos. Em sua defesa entra em cena o jovem Zenão, seu discípulo que procurou desenvolver outros argumentos para corroborar a perspectiva do seu mestre. Para aqueles que procuravam atacar a teoria de Parmênides apelando para novas demonstrações de que o movimento e a multiplicidade eram reais, Zenão respondia refutando a tentativa de refutação apresentada. Este procedimento é chamado de “demonstração por absurdo”, ou seja, “mostrando o absurdo em que caíam as teses opostas ao eleatismo, defendia o próprio eleatismo. Desse modo, Zenão fundou o método da dialética, usando-o com tal habilidade que maravilhou os antigos” (REALE e ANTISERI, 1990, p.56).

Outro aspecto do pensamento de Zenão sempre lembrado é o paradoxo sobre o movimento. Por meio dele, o filósofo pretendia mostrar a impossibilidade de Aquiles ganhar de uma tartaruga em uma corrida. Anthony Kenny sintetiza de modo bem claro essa questão:

> Suponhamos que Aquiles, um atleta rápido, faz uma corrida de 100 metros com uma tartaruga que só consegue correr a ¼ da sua velocidade, dando à tartaruga um avanço de 40 metros. Na altura em que Aquiles tiver chegado aos 40 metros, a tartaruga estará ainda 10 metros à sua frente. Quando Aquiles tiver percorrido esses 10 metros, a tartaruga estará 2,5 metros à sua frente. De cada vez que Aquiles vence o hiato entre os dois, a tartaruga origina outro hiato, menor, à sua frente; assim,

> parece que Aquiles não pode nunca ultrapassar a tartaruga (1998, p.35).

3.1.2. Período Socrático ou Antropológico

Se o período pré-socrático foi marcado pelas investigações cosmológicas, e no foco dos interesses estava o conhecimento da *physis*, no período socrático as reflexões se voltam para o ser humano em seus diversos aspectos: social, cultural, moral e político.

O desenvolvimento das cidades, a diversificação das atividades nos centros urbanos, o desenvolvimento da política, além de outros fatores contribuíram para que Atenas despontasse como centro cultural e político. Com isso, houve uma demanda progressiva por educação, pela formação cultural dos cidadãos. Uma das preocupações centrais dessa formação era educar e formar cidadãos virtuosos.

É nesse contexto de desenvolvimento sócio-cultural e político, por um lado, e de uma necessidade cada vez maior de formação do cidadãos, por outro lado, que entram em cena os filósofos conhecidos como *sofistas*. A palavra *sofista* significa, literalmente, "sábio".

Eles eram o que hoje poderíamos denominar de "consultores" ou "professores particulares" que vendiam seus conhecimentos a quem pudesse pagar por eles. Independentemente disso, foram responsáveis em grande medida pela difusão do conhecimento filosófico. Chauí observa que eles

> Apresentavam-se como mestres de oratória ou de retórica, afirmando ser possível ensinar aos jovens tal arte para que fossem bons cidadãos. Que arte era esta? A arte da persuasão. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão para os jovens, que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois a posição ou opinião contrária, não-A, de modo que, numa assembleia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem a discussão (1995, p.37).

Apesar de recebermos por meio de Platão uma visão negativa que procura evidenciar que eles estavam apenas preocupados em ter seus ganhos garantidos, usando seu saber mais para manipular e ludibriar

do que para ensinar e, portanto, sem qualquer amor pela sabedoria ou pela verdade, há quem veja também um aspecto positivo no pensamento dos sofistas: de certo modo, eles teriam rompido com a tradição aristocrata, com normas e padrões estabelecidos, favorecendo uma atitude mais pluralista e flexível nos mais diversos assuntos. Os historiadores atribuem a eles a qualidade de pioneiros, de primeiros expoentes do relativismo. Para o relativista, não há uma verdade absoluta, mas tudo depende do contexto e das condições nas quais o homem se encontra.

Os nomes mais destacados dentre os sofistas, dos quais restam apenas fragmentos de obras, são Górgias (487 – 380 a.C.) e Protágoras (480 –410 a.C.).

SÓCRATES (Atenas, 470 a. C. – 399 a. C.)

Com Sócrates, a Filosofia tem um novo impulso e é com ele que se inicia o chamado período "clássico" da mesma. Tal como os sofistas, Sócrates tem seu interesse voltado fundamentalmente para o ser humano e, de modo particular, para o bem (*ágathon*) e a virtude (*aretê*). Por isso mesmo, esse período é chamado de socrático ou antropológico. Mas, para ele, diferentemente dos sofistas, está em questão o conhecimento da essência do homem, enquanto aqueles não só negavam a possibilidade de tal conhecimento, como permaneciam na constatação das diferentes formas de vida, vinculando a compreensão dos problemas com a compreensão dos diferentes contextos.

Sócrates não chegou a fundar uma escola propriamente dita; não obstante, é um dos pensadores mais importantes, pois acabou se tornando uma espécie de "divisor de águas" da história da Filosofia. Daí decorre a divisão dos períodos entre "pré-socrático", "socrático" e também os tempos "pós-socráticos". Esse último não aparece oficialmente nos livros dos historiadores, mas serve igualmente para nos orientarmos.

De Sócrates não temos obras, nem sequer fragmentos. O que podemos conhecer sobre ele nos é dado pelo testemunho de Diógenes

Laércio, Aristófanes – mesmo assim de muito pouco interesse em termos filosóficos – e especialmente a partir das obras de Platão, em cujos diálogos Sócrates é uma das figuras mais importantes.

> Que retrato Platão nos deixa de seu mestre, Sócrates? O de um homem que andava pelas ruas e praças de Atenas, pelo mercado e pela assembleia indagando a cada um: 'Você sabe o que é isso que você está dizendo?', 'Você sabe o que é isso em que você acredita?', 'Você acha que está conhecendo realmente aquilo em que acredita, aquilo em que está pensando, aquilo que está dizendo?', 'Você diz', falava Sócrates, 'que a coragem é importante, mas: o que é a coragem? Você acredita que a justiça é importante, mas: o que é a justiça? Você diz que ama as coisas e as pessoas belas, mas: o que é a beleza? Você crê que seus amigos são a melhor coisa que você tem, mas: o que é a amizade?' (CHAUÍ, 1995, p.37)

Para Sócrates, há no homem uma parte que o conecta com o mundo divino e esta é precisamente a sua própria essência: a alma (também chamada de *psyché*). Não se trata da alma no sentido religioso do termo, mas como sinônimo de razão. É por ela que ele se distingue de todas as outras coisas. A razão é o que permite o homem pensar, agir e conhecer. É nesse contexto que a expressão "conhece-te a ti mesmo" precisa ser compreendida.

A tarefa do educador é ensinar ao educando o cuidado da alma. Como método de ensino, Sócrates desenvolveu dois processos: a *ironia* e a *maiêutica*. Por meio da ironia, isto é, através de perguntas formuladas cuidadosamente, ele levava os seus interlocutores a esgotarem os seus pretensos argumentos e a perceberem e admitirem que possuíam um saber apenas aparente, superficial e sem sustentação. A partir da constatação de que nada sabiam e da aceitação desse fato, era possível iniciar o segundo processo. Maiêutica significa literalmente a "arte de parir". Sócrates ajudava o seu discípulo a dar à luz as suas próprias ideias.

Para Sócrates, a virtude é sinônimo de conhecimento e de inteligência, ao passo que o vício é um estado de privação de ciência, de ignorância. As virtudes são aquilo que realizam plenamente o homem. Quando o homem pratica o mal é porque ele, no fundo, é

vítima da ignorância. A maior manifestação da *psyché* se dá no que conhecemos como autodomínio. Nesse sentido, Sócrates defende que a racionalidade, na medida em que é nossa parte mais nobre, deve prevalecer sobre a animalidade. Só por meio dela é que somos capazes de nos elevar e nos diferenciarmos das outras coisas. Dito de outro modo, vivermos na mera condição da animalidade e não desenvolvermos a racionalidade é renunciarmos nossa liberdade e, portanto, também nossa felicidade ou auto-realização.

Por conta de sua postura irreverente e impertinente para os padrões e convenções de seu contexto, Sócrates foi considerado uma ameaça para a sociedade e acusado de desrespeitar a religião oficial e ser um corruptor da juventude.

PLATÃO (428 a. C. – 347 a. C.)

Segundo o filósofo Alfred North Whitehead, toda a filosofia ocidental poderia ser compreendida como "nota de rodapé" para Platão[19]. Após a morte do seu mestre, Sócrates, Platão deixa Atenas e realiza diversas viagens, experiência que o amadureceu intelectual e culturalmente.

Com Platão, a Filosofia começa a ser ensinada na Academia, por volta de 385 a.C., após o retorno para Atenas.

Embora as obras de Platão tenham chegado até nós na sua totalidade, não há um consenso entre os estudiosos sobre a sua "ordenação" e disposição sequencial exata. Conforme Reale e Antiseri (1990, p.127), são trinta e seis obras organizadas em nove tetralogias:

I. Eutífron, Apologia de Sócrates, Críton, Fédon;

II. Crátilo, Teeteto, O Sofista, A Política;

III. Parmênides, Filebo, O Banquete, Fedro;

IV. Alcebíades I, Alcebíades II, Hiparco, Os Amantes;

V. Teages, Cármides, Laques, Lísis;

[19] Ver KUNZMANN et alii, 2005, p.39.

VI. Eutidemo, Protágoras, Górgias, Menon;

VII. Hípias Menor, Hípias Maior, Ion, Menexeno;

VIII. Clitofonte, A República, Timeu, Crítias;

IX. Minos, As Leis, Epinome, Cartas.

Quanto aos objetos destes diálogos, podemos destacar os seguintes temas: amizade (*philia*) – LISIS; coragem (*andreía*) – LAQUES; justiça (*dikaios ne*) – TRASÍMACO; piedade/consciência do dever (*hosiótes*) – EUTIFRON; prudência (*sophros ne*) – CÁRMIDES; sabedoria/inteligência (*sophía/phrónesis*) – EUTIDEMO; possibilidade do ensino da virtude – PROTÁGORAS, MÊNON; relevância política da virtude – GÓRGIAS.

Não há como resumir a obra de um autor em poucos parágrafos sem correr o risco de incorrer em simplificações e deixar alguns de outros tantos aspectos do seu pensamento de lado. Cientes disso, queremos apenas apontar para alguns dos pontos centrais da filosofia de Platão, que escolhemos para este brevíssimo panorama, o que não apenas pode, mas deve ser complementado por meio de outras leituras[20]. São eles:

a) a distinção ente *mundo sensível* (o mundo das sombras, das aparências e da imperfeição; esse mundo é marcado pela transitoriedade, pela precariedade e pela finitude) e *mundo inteligível* (o mundo das ideias, o mundo eterno, imutável e invisível – numa palavra, ele é o mundo da perfeição; nele estão os valores, as ideias ou as essências). O mundo sensível é uma "cópia", um "rascunho" do mundo verdadeiro, que é o mundo das ideias, onde estão os "modelos" originários segundo os quais tudo existe;

---

[20] Como leituras complementares sobre Platão, recomendamos, além das obras de História da Filosofia, entre outras: *Filosofia e método em Platão*, de Jayme Paviani (Ed. PUCRS); *Paidéia: a formação do homem grego*, de Werner Jaeger (Ed. Martins Fontes); *Platão*, de Giovanni Reale (Ed. Loyola); *Os diálogos de Platão*, de Victor Goldschmidt (Ed. Loyola); *Platão por mitos e hipóteses*, de Lygia Watanabe (Ed. Moderna); *Para uma nova interpretação de Platão*, de Giovanni Reale (Ed. Loyola); *Interpretar Platão*, de Vittorio Hösle (Ed. Loyola).

b) há uma retomada, portanto, dos problemas da ontologia e da cosmologia. Vemos aí nitidamente uma contraposição entre aparência e essência, entre mudança e permanência, sem dúvida temas que já apareceram nos pensadores pré-socráticos (alguns intérpretes, aliás, percebem nisso a tentativa de conciliar Parmênides (ser eterno e imutável) e a doutrina de Heráclito (a permanente transformação; o devir);

c) a antropologia de Platão estabelece que o homem é composto de corpo e alma. Por meio do corpo (que é corruptível) ele está preso ao mundo sensível, mas por meio de sua alma (que é imortal) ele pertence originariamente ao mundo inteligível e a ele deve um dia retornar; cabe ainda mencionar aqui que, como já em Pitágoras, a *metempsicose*, isto é, a doutrina da transmigração das almas (reencarnação) também é defendida por Platão;

d) por isso mesmo, o tipo de conhecimento que temos por meio dos sentidos capta apenas as aparências, é um conhecimento falível e fica reduzido a mera opinião (*doxa*) sobre as coisas (o amor e o apego à própria opinião ele chama de *filodoxia* – contrário a isso é a *filosofia,* isto é, o amor à sabedoria); por meio da alma, que um dia pertenceu ao mundo inteligível e conheceu a verdade, é que podemos acessar o verdadeiro conhecimento (*episteme*); o processo para isso é o que Platão define como *anamnese*, ou seja, recordação, rememoração. A alma precisa apenas se recordar do que viu;

e) o método para se alcançar o conhecimento é a *dialética*. E o que é a dialética? Ela consiste, basicamente, em desfazer, desconstruir a "suposta verdade" que temos, a opinião, apontando criticamente para os seus limites. Esse processo ocorre basicamente por meio do *diálogo* ao estilo socrático;

f) além da teoria do conhecimento, outros dois aspectos que se destacam na obra de Platão são sua doutrina moral e sua filosofia política, que por si só são objeto de incontáveis estudos: a concepção de virtude e a noção de justiça; o papel da educação; a concepção de estado, etc.

ARISTÓTELES (384 a.C. – 322 a.C.)

Nascido em Estagira (por isso, nos textos também é chamado simplesmente de *"o estagirita"*), foi discípulo de Platão por cerca de duas décadas.

O *Corpus Aristotelicum*, isto é, o conjunto de suas obras, está organizado da seguinte maneira:

I. *Organon* (sobre lógica): Categorias, De Interpretatione, Analíticos Primeiros, Analíticos Segundos, Tópicos e Refutações Sofísticas;

II. *Obras de filosofia natural* (seleção): Física, o Céu, Da Geração e Corrupção, Meteorologia; Obras de psicologia: Sobre a Alma e Parva Naturalia; História dos Animais; As Partes dos Animais; O Movimento dos Animais; A Geração dos Animais;

III. Metafísica, composta por catorze livros;

IV. *Obras de filosofia moral e política*: Ética a Nicômaco, Magna Moralia, Ética Eudemia; Política;

V. Poética; Retórica.

Mesmo tendo sido discípulo de Platão, Aristóteles distanciou-se radicalmente do mestre do ponto de vista epistemológico. Dito de outro modo, enquanto os interesses de Platão apontavam para a direção do alto, ou seja, para o campo do místico e do divino, como mostra inclusive a famosa pintura de Rafael, os interesses de Aristóteles estavam direcionados para o plano terreno, isto é, para o campo das ciências empíricas e naturais.

Aristóteles refinou o rigor e a analiticidade do discurso filosófico. Como método de investigação, em lugar do *diálogo*, optou pela forma do *tratado*.

O que dissemos anteriormente (quando nos reportamos ao pensamento de Platão) sobre resumir os aspectos fundamentais de um filósofo, vale aqui também (e, aliás, para qualquer outro pensador). Acenaremos, abaixo, para alguns dos elementos principais (é indispensável a leitura complementar):

a) para Aristóteles, as ciências se dividem em:

Teoréticas – buscam o saber em si mesmo (*episteme*);

Práticas – buscam o saber em vista do aperfeiçoamento moral (*práxis*);

Poiéticas – buscam o saber em função da produção (*technê*);

b) lógica: é o instrumento (*organon*) do pensamento correto; quando pensamos, estamos nos relacionando com determinados conteúdos e isso acontece de acordo com uma forma. Estes dois aspectos (forma e conteúdo ou objeto) são elementos essenciais do pensar. A investigação filosófica, quando se volta especialmente para a "forma" do pensamento, é chamada de *lógica formal*. "Para Aristóteles, todas as ideias podem ser reduzidas a dez grandes grupos, chamados *predicamentos* ou *categorias.* As dez categorias são: substância, qualidade, quantidade, ação, paixão, relação, tempo, lugar, posição, hábito" (MONDIN, 1981, p. 83). Para Aristóteles, o silogismo é o exemplo de raciocínio perfeito: ex.: Todo o homem é mortal; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal;

c) a compreensão do homem é: o homem é corpo e alma. A alma pode ser:

i) *vegetativa* – biológico, necessidades/ reprodução;

ii) *sensitiva* – sensações/ apetites/ movimentos/ fantasia;

iii) *intelectiva* – racional/ formas inteligíveis;

d) metafísica: Aristóteles critica a doutrina de Platão, considerando-a dualista, isto é, uma doutrina que separa as essências das coisas das próprias coisas (ideias e sombras). Para o estagirita, a essência das coisas tem que estar nas próprias

coisas, não em um outro universo. À essência das coisas ele chama de *substância*, aos seus aspectos contingentes (isto é, não necessários) ele chama de *acidente*;

e) a distinção entre ato e potência é crucial para a compreensão do problema entre permanência e movimento no que se refere à ontologia (o estudo do ser), disputa que permanecia desde Parmênides e Heráclito. Aristóteles estabelece como ato a condição em que o ser se apresenta, o que está dado, e como potência, aquilo que ele pode vir a ser, às suas possibilidades. Um exemplo muito elementar é: a planta é a potência de uma semente, pois está incluída entre suas possibilidades; desse modo, podemos dizer: a semente é uma semente, ou seja, ato (é o que é aqui e agora) ou a semente é potencialmente uma planta;

f) a doutrina da causalidade: todo ser é causado. Existem quatro formas de causa: causa formal (a imagem ou figura que dá os contornos e definição a uma matéria; ex.: a forma humana de uma estátua); causa material (aquilo de que algo é constituído; ex.: aquela estátua humana é feita de bronze, mas poderia ser de cimento ou de mármore); causa eficiente (é aquele que produziu a estátua; o escultor ou artista) e causa final (diz respeito à finalidade, ao para que algo foi feito; a obra de arte foi feita para a contemplação ou para homenagear uma figura ilustre);

g) a concepção de *eudaimonia* (felicidade): a felicidade é a realização de tudo aquilo que o homem pode ser, de tudo o que é capaz, em especial, aquilo pelo qual ele se diferencia dos demais animais – a razão. A felicidade não pode ser confundida com o prazer (a mera satisfação das necessidades básicas); também não consiste no apego a riquezas e bens materiais; pelo contrário, consiste no desenvolvimento espiritual do homem. O

caminho para a felicidade consiste na virtude e a virtude está na capacidade de escolher, entre os extremos, a "justa medida", isto é, na moderação, na prudência. A contemplação é o ponto ao qual deve ser levado o desenvolvimento da razão. A própria vida política deve servir, em última instância, de incentivo à virtude, ou seja, a finalidade da política é promover a vida boa, a felicidade.

Para finalizar, citamos uma passagem comentadora de Anthony Kenny a respeito da virtude enquanto caminho do meio que, justamente, alerta para que não se confunda a opção entre dois extremos como mediocridade:

> A virtude, afirma Aristóteles, escolhe o meio termo ou o meio campo entre o excesso e o defeito: o homem virtuoso come e bebe na proporção certa, fala na proporção certa e assim por diante. Eis a celebrada doutrina do meio termo de Aristóteles. É frequentemente ridicularizada porque é frequentemente mal interpretada. Uma vez bem compreendida, trata-se de um belo exemplo de análise conceptual. Aristóteles não faz o elogio da mediocridade dourada nem está a encorajar-nos a permanecer no meio do rebanho. A quantidade certa de qualquer coisa, afirma Aristóteles expressamente, pode diferir de pessoa para pessoa, do mesmo modo que a quantidade certa de alimento para um campeão olímpico difere da quantidade certa de alimento para um atleta principiante. A doutrina do meio termo não pretende ser uma receita para uma vida correta: temos de encontrar por nós próprios a quantidade certa em cada caso. Mas aprendemos a fazê-lo evitando pecar por excesso ou por defeito; tal como, nos nossos dias, aprendemos a controlar um carro ao longo da faixa certa ao dominar as guinadas iniciais em direção à berma e à faixa contrária. Assim que aprendemos, seja como for, qual é a proporção certa de qualquer tipo de ação – seja a extensão certa de um discurso num banquete, ou a proporção certa do nosso salário a oferecer a obras de caridade –, então, segundo Aristóteles, teremos a «prescrição certa» (*orthos logos*) no nosso espírito. A virtude é o estado que nos permite agir de acordo com a prescrição certa (KENNY, 1998, p.104).

***

A história do pensamento filosófico não "salta" Aristóteles para a Idade Média. No entanto, por razões de espaço e de tempo, temos que deixar o período helenístico e o período romano de lado neste nosso rápido "sobrevoo". Nesse período, destacam-se, sobretudo, três grandes movimentos no pensamento filosófico: o *epicurismo*, o *estoicismo* e o *ceticismo*. Após estes movimentos, destaca-se também o *Neoplatonismo* de Plotino. Recomendamos, por isso, enfaticamente, a leitura complementar das obras de História da Filosofia.

***

3.2. A Filosofia Medieval

A Filosofia Medieval é marcada por vários fatores históricos: entre outros, podemos destacar que esse período compreende o declínio do Império Romano, a perseguição e difusão do cristianismo, o aumento gradativo do poder político e econômico da Igreja enquanto instituição.

Nesse período, a Filosofia é vista de forma ambivalente. De um lado, por conta das "verdades reveladas" pela mensagem cristã, que exigem uma adesão incondicional e, de certa forma, até mesmo dispensam a razão para sua compreensão, via-se na Filosofia uma "inimiga da fé", na medida em que, precisamente, por causar a dúvida, insatisfação e curiosidade entre os homens, ela seria perigosa para a difusão da doutrina cristã. De outro lado, estavam aqueles que compreendiam que a Filosofia poderia ser de grande valia com seus ensinamentos e, até mesmo, ser útil com seus métodos de argumentação e de raciocínio como preparação para uma compreensão mais profunda da fé. De modo resumido, estamos na época em que fé e razão, filosofia e teologia estão em conflito.

Destacam-se, neste período, dois grandes momentos: a *filosofia patrística* (que compreende os séculos IV ao VIII) e a *filosofia escolástica* (que abrange o período do século IX ao XVI). O termo

patrística tem origem latina e designa o conjunto das obras dos padres da Igreja que estavam voltados à divulgação e defesa da doutrina cristã. A força do argumento servia para propagar os ensinamentos da religião. Já a época da escolástica tem esta designação pelo modo como a filosofia passou a ser produzida e difundida: em escolas que eram mantidas pelo poder eclesiástico.

No século VIII, Carlos Magno promoveu uma verdadeira reforma no sistema de ensino. As escolas e universidades (século IX), por meio do ensino do *trivium* (gramática, retórica e dialética) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), consolidam e fortalecem o ambiente cultural e a produção intelectual.

Entre os nomes mais significativos para a patrística podemos citar o de Santo Agostinho e, para a escolástica, o de São Tomás de Aquino. No que segue, apresentamos alguns aspectos mais gerais de seus pensamentos.

AGOSTINHO DE HIPONA (354 – 430)

Aurélio Agostinho nasceu em Tagaste, atual Souk-Aras na Argélia. Faleceu em Hipona (atual Annaba), onde foi bispo, que fica a cerca de cento e trinta quilômetros de sua terra natal, e por isso ficou conhecido como Agostinho de Hipona.

Na sua juventude, Agostinho teve uma educação humanística predominantemente com estudos sobre gramática e retórica. Seu interesse pela filosofia é despertado pela leitura de uma obra de Cícero (106-43 a.C.). Quando foi para Cartago, teve contato com a doutrina maniqueísta, de origem persa, a qual é caracterizada por Kenny como,

> uma religião sincrética que combinava elementos do zoroastrismo, do budismo, do judaísmo e do cristianismo. Os maniqueístas acreditavam na existência dois mundos: um mundo de bondade e luz divinas criado por Deus e um mundo de escuridão perverso e carnal criado pelo demônio (1998, p.158).

Em suma, o maniqueísmo estabelece que são apenas duas grandes forças que atuam no universo: o bem e o mal. Agostinho foi adepto

do maniqueísmo e do ceticismo em sua juventude. Em 383, segue para Roma e ali prossegue em seus estudos. Ao ler Plotino, fascinou-se com a ideia da imortalidade da alma e da natureza não-corpórea de Deus. Aderiu então ao neoplatonismo. Através da influência do bispo de Milão, Ambrósio, de quem se tornara amigo, aproximou-se da leitura dos escritos de São Paulo e, após experimentar um processo de crise, deixa-se batizar em 387. Retorna para Hipona, onde trabalharia como bispo da Igreja até o fim da sua vida. Esse período da conversão marca decisivamente a vida e a obra de Agostinho.

De acordo com Mondin (1981, p.136), de suas obras, destacam-se:

a) antes da conversão: *Contra academicos* ("Contra os acadêmicos") (sobre lógica), *De vita beata* ("Sobre a vida feliz") (ética), *De ordine* ("Sobre a ordem") (metafísica);

b) depois da conversão: *De immortalitate animae* ("Sobre a imortalidade de alma"), *Confessionum libri XIII* ("Treze Livros das Confissões"), *De libero arbítrio* ("Sobre o Livre Arbítrio"), *De civitate Dei* ("Sobre a Cidade de Deus"), *De Trinitate* ("Sobre a Trindade"), *De magistro* ("Sobre o Mestre"), *De vera religione* ("Sobre a Verdadeira Religião").

Não há como sintetizar em poucas linhas um pensamento tão amplo e tematicamente diversificado, apresentado em um conjunto imenso de obras. Recomendamos aqui tanto a leitura direta de obras traduzidas de Agostinho, como é o caso das *Confissões*, de *A cidade de Deus*, de *O livre arbítrio* e de *A trindade.* Da literatura secundária, uma exposição comentadora algo mais minuciosa é a *História da filosofia cristã* de Philoteus Boehner e Etienne Gilson, também traduzida para o português. Para algumas linhas ou características, no entanto, podemos apontar:

a) *o homem é corpo e alma*: em sua visão sobre o homem, Agostinho é inspirado por Platão, concebendo o homem como corpo e alma. A alma é superior, imortal, é a essência do ser humano e deve literalmente governar o corpo. O corpo é passivo e por meio dele absorvemos, sofremos, captamos os influxos externos. Por meio da alma, que é ativa, julgamos, determinamos, agimos. "O homem pecador, entretanto,

utilizando-se do livre-arbítrio, costuma inverter essa relação, fazendo o corpo assumir o governo da alma. Provoca com isso a submissão do espírito à matéria, equivalente à submissão do eterno ao transitório, da essência à aparência" (COTRIM, 2002, p.119). A faculdade do livre-arbítrio ou a vontade livre é uma realidade incontestável e o ponto mais importante para Agostinho é o *uso* que dela fazemos (para o bem ou para o mal);

b) *a fé não é inimiga da razão*: ao contrário disso, a fé, para Agostinho, é um estímulo e um complemento à inteligência. *Crer para entender, entender para crer* é o pensamento que resume tal relação;

c) *o princípio de não contradição* como contraponto aos céticos: *si fallor, ergo sum* (se me engano, então existo). Esta é a proposição de Agostinho para demonstrar que podemos conhecer algo verdadeiro. Ao duvidar de tudo, só não podemos duvidar de nossa existência enquanto estamos duvidando;

d) *a noção de tempo*: antes da criação, não havia tempo; ele coincide, portanto, com a criação do mundo. Não há, deste modo, um "antes da criação". Mas presente, passado e futuro nos indicam algo do tempo. Conforme Reale e Antiseri (1990, p.454), "Agostinho destaca que, na realidade, o tempo existe no espírito do homem, porque é no espírito do homem que se mantêm presentes tanto o passado, como o presente e o futuro. Mais propriamente, se deveria 'dizer que os tempos são três: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. E, de qualquer forma, é no nosso espírito que se encontram esses três tempos, que não são vistos em outra parte: o presente do passado, vale dizer a *memória*; o presente do presente, isto é, a *intuição*; o presente do futuro, ou seja, a *espera*";

e) *o problema do mal*: no pensamento agostiniano, há uma pergunta com a qual ele precisa se confrontar, isto é, a questão do mal. Se Deus é o autor ou o criador de tudo e é o bem supremo, teria ele também criado mal? Se o mal não é obra de Deus, então, de onde veio o mal? Segundo Reale e Antiseri, o problema do mal pode ser analisado em Agostinho conforme três níveis: a) no nível metafísico-ontológico; b) no plano moral e c) do ponto de vista físico.

TOMÁS DE AQUINO (1225 – 1274)

Se, com Agostinho, houve uma cristianização do platonismo, em Tomás de Aquino, encontramos uma nítida relação com o pensamento de Aristóteles. Ele procurou levar adiante a herança da filosofia cristã de Agostinho, mas com os instrumentos aristotélicos. No entanto, é preciso alertar que seu pensamento não é uma mera reverberação de Aristóteles, como bem observa Kenny:

> Apesar de os seus principais temas e técnicas filosóficas serem aristotélicos, Tomás de Aquino não foi um mero eco de Aristóteles, tal como este não fora um mero eco de Platão. Além de estabelecer as relações entre o aristotelismo e o cristianismo, Tomás de Aquino desenvolveu e modificou as ideias de Aristóteles no campo da própria filosofia (KENNY, 1998, p.203).

Sua obra também é significativamente extensa, mas, de acordo com Mondin (1981, p.171), "pode ser dividida em quatro grandes grupos: *obras sistemáticas*, *questões disputadas*, *comentários filosóficos*, *comentários sobre a sagrada escritura*". Das obras sistemáticas, a *Suma Teológica* e a *Suma contra os Gentios*, assim como algumas das *Questões Disputadas*, destacam-se por seu interesse filosófico[21].

Novamente, recomendamos a leitura comentadora de *História da filosofia cristã* de Philoteus Boehner e Etienne Gilson para complementar o breve relato que aqui fazemos.

---

[21] Ver KUNZMANN, et alii, 2005, p.81.

Do vasto ideário de Tomás de Aquino, indicamos aqui alguns pontos elementares:

a) *a relação entre fé e razão*: fé e razão não podem se contradizer, pois se fé nos é dada pela revelação, a razão nos é dada na criação; ambas provêm de uma única e mesma fonte: Deus. Por isso, também Filosofia e Teologia, apesar de serem diferentes tanto no seu objetivo, quanto em seu método, não podem estar em desacordo e sim operam em harmonia, pois o interesse último de ambas é a verdade: "*A filosofia começa pelas criaturas e termina com Deus. A teologia segue o caminho inverso*; parte de Deus e desce às criaturas" (BOEHNER e GILSON, 2007, p.451);

b) *a ontologia*: seguindo algumas trilhas de Aristóteles, Tomás parte da multiplicidade do que está dado[22] e segue em busca do princípio subjacente ao que existe. Os conceitos de *realidade* (ato) e *possibilidade* (potência) são fundamentais para compreender a realidade, assim como as distinções entre matéria e forma, substância e acidente também o são;

c) *as cinco vias para a demonstração da existência de Deus*: i) o primeiro motor: tudo que se move é movido por outro; ii) causa eficiente: não é possível retroceder infinitamente, pois anularíamos a possibilidade de encontrar uma causa; iii) ser necessário: as coisas na natureza podem existir ou não existir, isto é, são contingentes, donde se segue que é preciso que exista um ser necessário; iv) os graus de perfeição: existe o bom e nobre em grau máximo; v) causa final: o movimento das coisas se dá em direção a algo;

d) *antropologia e ética*: o homem é corpo e alma e ambas compõem uma unidade substancial. A alma é imortal e é única,

---

[22] Cf. KUNZMANN, et alii, 2005, p.81.

apesar de exercer várias funções (vegetativa, sensitiva, apetitiva e racional)[23]. "É à alma, como forma substancial única, que o homem deve a totalidade do seu ser: o existir, o ser-corpo, a vida, a energia sensitiva, a racionalidade" (BOEHNER e GILSON, 2007, p. 468). Ela está ligada ao corpo, não porque precise da matéria para existir, mas pelo princípio de individuação. O corpo serve de elo de ligação entre a alma e o mundo sensível e, no limite, a alma sem o corpo seria incompleta (Idem, Ibidem, p.470);

e) *lei natural, lei eterna, lei humana*: a *lei eterna* refere-se à ordem global do universo – ela segue o plano da providência, isto é, de Deus; o homem participa dessa ordem, por sua natureza racional; essa participação dá a ele a *lei natural*, que é "deve-se fazer o bem e evitar o mal"; a partir da *lei natural,* - ou seja, tomando-a como base - chega-se à *lei humana*, isto é, àquela que é constituída pelo direito positivo[24].

3.3. A Filosofia Moderna

Para uma compreensão mais adequada do que significou a passagem da filosofia medieval para a filosofia moderna é imprescindível o conhecimento não apenas do que os pensadores colocaram como questões, mas também o contexto das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que sacudiram aqueles séculos. É claro que não podemos dar conta de todos esses detalhes aqui.

O período a que nos referimos abrange aproximadamente quatro séculos, isto é, tem seu início já no próprio Renascimento (séculos XV e XVI) e se estende até o século XVIII. É claro que não há como estabelecer um marco divisor na passagem do medievo ao Renascimento, como argumenta Anthony Kenny:

---

[23] Cf. KUNZMANN, et alii, p.85.
[24] Ver REALE e ANTISERI, 1990, p. 567.

> Não existe uma fronteira óbvia entre o Período Medieval e o Renascimento, e ainda menos uma data que nos permita estabelecer quando terminou um e começou o outro. O desenvolvimento que caracterizou o Renascimento teve lugar em diferentes velocidades em diferentes esferas, e em diferentes momentos em regiões distintas. O impacto dessas alterações sobre a filosofia foi fragmentado e disperso, de maneira que a sua história não segue um percurso claro. [...] Foi na Itália, especialmente em Florença e em Roma, que o Renascimento começou por desabrochar. A característica desse movimento, que na altura foi considerada central, foi a recuperação dos ensinamentos clássicos antigos. Era isso o «humanismo», não no sentido de uma preocupação com a humanidade, mas no sentido de uma dedicação às «letras humanas». Isto implicava, na prática, uma preferência pelos autores pagãos latinos, relativamente aos autores cristãos latinos, e a ambição de ler as autoridades gregas no original, e não em tradução (1998, p.241-242).

Como tendência geral no horizonte do pensamento, não é mais a Teologia que prevalece, sobretudo por conta da crise vivenciada pela Igreja, motivada pela Reforma Protestante. O desenvolvimento das ciências, da moral e da arte como esferas autônomas do conhecimento e da cultura torna-se um capítulo à parte nesse período. Estas áreas do saber estabelecem seu campo próprio de pesquisa, doravante sem a intervenção ou controle por parte da religião. De modo resumido, se no período medieval predominava o que se chama de *teocentrismo*, isto é, a teologia era o ponto de convergência dos conhecimentos, agora o paradigma dos antigos é retomado: a matriz do pensamento volta a ser o *antropocentrismo*, isto é, um interesse renovado pelo que diz respeito ao ser humano, à vida em sociedade e à confiança inabalável no progresso das ciências e na capacidade da razão humana.

Nomes importantes compõem este cenário nos diversos âmbitos. Apontamos aqui de modo esquemático para alguns deles[25]:

---

[25] Ver REALE e ANTISERI, 1990, Vol. 2; MONDIN, 1981, Vol. 2.; COTRIM, 2002.

a) física, astronomia e matemática: Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642), Isaac Newton (1642-1727);

b) filosofia moral e política: Nicolau Maquiavel (1469-1527), Michel de Montaigne (1523-1592), Tomás Campanella (1568-1639);

c) literatura: William Shakespeare (1564-1616), Dante Alighieri (1265-1321), Miguel de Cervantes (1547-1616), Luis de Camões (1524-1580);

d) artes: Leonardo da Vinci (1452-1519), Michelângelo Buonarroti Simoni (1475-1564), Albrecht Dürer (1471-1528), Rafael Sanzio (1483-1520) e Doménikos Theotokópoulos, mais conhecido como "El Greco" (1541-1614).

***

No que segue, nos limitamos a indicar em seus contornos mais gerais três tendências que sem dúvida podem ser consideradas, talvez, as representantes emblemáticas da filosofia moderna, não obstante muitos outros pensadores importantes terem deixado seu legado: o *racionalismo* de René Descartes, o *empirismo* de John Locke e o *criticismo* de Immanuel Kant.

***

RENÉ DESCARTES (1596 – 1650)

Descartes nasceu em 1596, numa aldeia atualmente chamada La-Haye-Descartes. Foi educado pelos jesuítas e continuou católico toda a sua vida; decidiu, porém, passar a maior parte

> da sua vida adulta na Holanda protestante. Era um homem do mundo, um cavalheiro de lazer, que vivia da sua fortuna; nunca ensinou numa universidade e escrevia, em geral, para o leitor comum. A sua obra mais famosa, o *Discurso do Método*, não foi escrita no latim acadêmico, mas em francês corrente, para poder ser compreendida, como ele próprio escreveu, «mesmo pelas mulheres» [...] Em 1637, decidiu publicar três pequenos tratados, de dioptria, geometria e meteorologia, que prefaciou com um breve *Discurso do Método*. Atualmente, os três tratados científicos só são lidos pelos especialistas de história da ciência; mas o prefácio foi traduzido para mais de 100 línguas e continua a ser lido com prazer por milhões de pessoas. Está escrito no estilo de uma autobiografia e apresenta um resumo em miniatura do seu sistema científico e do seu método filosófico (KENNY, 1998, p.270-271).

Descartes é considerado o representante mais importante da filosofia moderna. Suas obras mais importantes são: *O Discurso sobre o Método* (1636), *Meditações* (1641) e *Princípios de Filosofia* (1644).

Quem de nós, envolvidos com filosofia ou não, não ouviu por aí a expressão “penso, logo existo”? Essa frase é justamente do pensador que agora tratamos. Como ele chegou a essa consideração?

No seu *Discurso sobre o Método,* ele pretende investigar as condições em que nosso conhecimento acontece. Para isso, ele examina todo o repertório do que já havia aprendido e conhecido até então. O melhor caminho como ponto de partida para a busca da verdade é a *dúvida*. Por essa razão, os autores irão se referir à *dúvida metódica* como procedimento básico em Descartes.

> Descartes insistia em que a primeira tarefa da filosofia é libertar-se de todos os preconceitos, lançando a dúvida sobre tudo aquilo acerca de que pode haver dúvidas. A segunda tarefa do filósofo, depois de ter levantado essas dúvidas, é evitar que elas conduzam ao cepticismo. Essa estratégia pode observar-se claramente nas *Meditações* de Descartes (KENNY, 1998, p.273).

Quanto ao método de investigação, ele sugere que sejam seguidas quatro regras básicas: *evidência, análise, síntese e enumeração*. Dito de outro modo: submeter tudo à dúvida metódica e aceitar como

verdadeiro somente aquilo que se apresenta como claro e distinto; dividir as questões em tantas partes quanto for necessário, investigar cada parte separadamente; recompor o que foi decomposto, começando pelas partes mais simples e avançando para as mais complexas; enumerar e revisar as etapas para garantir a completude da investigação.

Descartes realiza a distinção entre *res cogitans* e *res extensa*. O homem é uma união de ambos. Enquanto corpo, ele é *res extensa*, mas, como alma, ele é *res cogitans*, isto é, fundamentalmente uma "coisa pensante".

Justamente de modo análogo a Agostinho, Descartes chegou à formulação do *cogito*, levando a dúvida radical às suas últimas consequências, até se dar conta de que enquanto duvidava, não poderia negar que pensava e que, em decorrência disso, precisava admitir que existia enquanto fazia isso, mesmo que acreditasse que todo o resto fosse falso: *cogito ergo sum*, isto é, "penso, logo existo".

Além de colocar a ênfase sobre a razão humana no processo do conhecimento, Descartes entende que os sentidos nos enganam e, portanto, não devemos buscar neles, ou nas informações que chegam até nós por meio deles, o critério para estabelecer a verdade.

Outro conceito fundamental na filosofia de Descartes é o de ideias inatas. Para ele, existem três tipos de ideias: *adventícias* (sensações, lembranças e impressões vindas dos sentidos; não são confiáveis porque nem sempre correspondem à realidade); *fictícias* (isto é, construções da nossa imaginação e fantasia; também não são verdadeiras porque não correspondem a nada existente); *inatas* (não surgem nem da experiência, nem são construídas pela imaginação; nascemos com elas desde o princípio e são as únicas que realmente podem ser consideradas verdadeiras). Essa última posição é definida como o *inatismo* de Descartes.

JOHN LOCKE (1632-1704)

As principais obras de John Locke são: *Ensaio sobre o Intelecto Humano*; *Dois Tratados sobre o Governo* e as *Cartas sobre a*

Tolerância Religiosa. Além da importância de sua teoria do conhecimento, suas ideias políticas, pedagógicas e sobre a tolerância religiosa tiveram grande ressonância e influenciaram o Iluminismo e o Liberalismo.

Enquanto que com o racionalismo de inspiração cartesiana e a defesa do *inatismo* (ideias inatas) o sujeito conhecedor era tomado como o elemento central do processo do conhecimento, no empirismo há uma inversão de perspectiva.

Para os empiristas, a mente humana é como um "quadro em branco" no qual, fundamentalmente por meio da experiência, serão inscritos os conhecimentos. É a experiência (*empiria*) que proporciona a formação das ideias, ou seja, os conteúdos da mente. Por isso a divisa do empirismo é: "não há nada no intelecto que não tenha passado antes pelos sentidos" (MONDIN, 1981, p.103). Ora, aqui retorna o primado da percepção no processo do conhecimento. Ao lado de John Locke, os nomes dos empiristas mais conhecidos são Francis Bacon, George Berkeley e David Hume.

A experiência tem para Locke duas fontes: a percepção exterior dos sentidos (ideias de sensação) e a autopercepção interna (ideias de reflexão). O conhecimento provém primeiramente das sensações. A partir da combinação de sensações, nós obtemos as ideias complexas. Através delas, portanto, é possível obtermos representações que serão classificadas como simples ou complexas.

Locke classifica três tipos de ideias: *ideias simples* - que dizem respeito à experiência externa e interna; *ideias complexas* - referem-se à combinação das ideias simples; *ideias abstratas ou gerais* - que são formadas por análise das ideias complexas.

Mas o que, afinal, significa o termo *ideia* para Locke? Citado por Reale e Antiseri (1990, p.513-514), Locke assim estabelece o que entende acerca desse conceito:

> Chamo de *ideia* tudo aquilo que o espírito percebe *em si mesmo* ou que é objeto imediato de percepção, do pensamento ou do intelecto; já o poder de produzir uma ideia em nosso espírito eu chamo de *qualidade* do sujeito em que reside tal poder. Assim, por exemplo, uma bola de neve tem o poder de

> produzir em nós as ideias de branco, frio e redondo. *E chamo de qualidade os poderes de produzir essas ideias em nós* assim como estão na bola de neve, ao passo que, enquanto sensações ou percepções do nosso intelecto, chamo de ideias.

Com isso, Locke chega à distinção entre qualidades primárias e qualidades secundárias, algo que não é propriamente uma inovação sua, mas que já aparecera antes na tradição, tal como em Galileu e no próprio Descartes.

Locke estabelece o processo cognitivo em quatro etapas, que fazem lembrar novamente aquele estabelecido por Descartes. São elas: intuição – síntese – análise – comparação (relações)[26]. A diferença quanto a Descartes é que, para este, o ponto de partida é a dúvida metódica e a total rejeição da confiança nos sentidos.

IMMANUEL KANT (1724 – 1804)

Se tivéssemos que resumir o que a herança filosófica de Kant representa, não haveriam palavras mais adequadas do que a definição de Wilhelm von Humboldt:

> O quanto até hoje – muito ou pouco – se conservou da filosofia kantiana e o quanto no futuro se conservará eu não me arrogo a decidir. Apenas três coisas ficam certamente inconfundíveis, quando se quiser determinar a notoriedade que ele proporcionou à sua nação e o proveito que outorgou ao pensamento especulativo. Algo que ele destruiu, não se erguerá jamais; algo que ele fundou, jamais desabará; e, o que é mais importante, assim ele instituiu uma reforma à qual nenhuma se assemelha em toda a história da filosofia[27].

O sistema filosófico de Kant é, sem dúvida, marcante no desenvolvimento da filosofia dos dois últimos séculos[28]. É praticamente incalculável o número de estudos que são desenvolvidos sobre sua obra no mundo inteiro. Jaspers observa, com razão, que

---

[26] Cf. MONDIN, 1981, p.103.
[27] HUMBOLDT apud FUNKE, 1979, p.9.
[28] Cf. GERHARDT, 2002, p.11.

inúmeras foram as tentativas de tornar *compreensível* o pensamento de Kant[29]. E, no entanto, Ludwig parece ter razão quando afirma que: "Quanto a Kant, tem-se a impressão de que ele é ao mesmo tempo o filósofo alemão mais conhecido e o menos lido"[30].

A recepção de sua filosofia conta com críticos e opositores implacáveis, mas também com aqueles que percebem em seu sistema não apenas um marco referencial para o confronto com questões cruciais no âmbito da filosofia teórica ou da filosofia prática, como também o impulso fundamental da cultura filosófica, isto é, o pensar autônomo. Contra ou a favor, tanto aqueles quanto estes devem à filosofia de Kant, em maior ou em menor medida, o desenvolvimento de suas próprias elaborações. Nesse sentido, até mesmo com os equívocos e limitações da filosofia de Kant ainda se pode aprender muito. Se Kant ousou pôr em questão os sistemas filosóficos que estavam em voga até sua época, o mesmo princípio continua valendo depois dele.

Na exposição que segue, o objetivo é apresentar ao leitor uma visão panorâmica sobre as principais fases e respectivas questões sobre as quais Kant dedicou sua investigação. Falar da filosofia ou do sistema filosófico de Kant é reportar-se a um universo de questões que dificilmente pode ser resumido em poucas páginas.

É conhecida a distinção, já clássica para os pesquisadores kantianos, entre o *período pré-crítico* e o *período crítico*. O significado dessa distinção e o modo pelo qual ela é justificada, assim como outros aspectos a ela relacionados, é o que se abordará na sequência. Num terceiro momento, serão expostas as questões em torno das quais estão situados os *escritos tardios*.

Os escritos pré-críticos

A História da Filosofia nos mostra que todo sistema filosófico têm peculiaridades e que, normalmente, é herdeiro de sínteses já

[29] Cf. JASPERS, 1988, p.616.
[30] LUDWIG, 1999, p.7.

realizadas, ainda que sempre postule novas proposições e realize revoluções no campo do conhecimento. Na maioria das vezes, as preocupações que inquietam o filósofo não são necessariamente exclusividade dele, mas estão relacionadas a um todo maior, isto é, ao conjunto de questões cruciais de uma época. Com Kant não foi diferente.

O *período pré-crítico* é aquele em que é possível identificar com mais clareza o ponto de partida ou a *gênese* do pensamento kantiano, ainda que isso não signifique um desenvolvimento linear ou contínuo. Os problemas e autores com os quais Kant se confrontou no início de seus estudos são bastante diversos e dificultam encontrar uma unidade sistemática entre si, mas são decisivos, todavia, para sua auto-afirmação enquanto pensador e para a elaboração de um sistema filosófico originário. Podemos destacar Leibniz e Wolff como dois autores influentes nessa fase.

Apesar de serem o ponto de partida de seu sistema filosófico, estes escritos entre 1746 e 1770, que somam um total de 25 textos publicados (que aqui, infelizmente, não poderão ser abordados um a um), parecem terem sido negligenciados tanto pelo seu próprio autor, quanto pelos seus intérpretes[31], dada a sua heterogeneidade e dificuldade de sistematização.

Kant tinha apenas 23 anos de idade quando publicou seu primeiro estudo "Pensamentos para uma Verdadeira Avaliação das Forças Vivas" [*Gedanken von der wahren Schätzung der lebendigen Kräfte*] em 1747. Nesse trabalho, que fora iniciado em 1744, o jovem estudante ousa confrontar-se com questões que já dividiam as posições dos metafísicos da Modernidade como Descartes e Leibniz. A disputa em que as posições destes dois filósofos se confrontavam era em torno da determinação da natureza da força ou de como ela devia ser calculada. Tratava-se, portanto, de um problema relativo às ciências naturais, isto é, um problema físico, mas anunciando já a impossibilidade de ser enfrentado apenas com os recursos das ciências experimentais. Segundo Descartes, a força deveria ser calculada pela fórmula (m x v), isto é, como produto da massa multiplicada pela

[31] Sobre este aspecto vale conferir CAYGILL, 2000, p.115.

velociadade. Leibniz defendia que a força era resultado da fórmula (m x v^2), ou seja, produto da massa multiplicada pela velocidade ao quadrado. Kant postula uma mediação entre as duas teorias, a partir da distinção entre força viva e morta já presente na teoria leibniziana. Sua exposição, conforme dito anteriormente, não se restringe ao âmbito experimental e apresenta uma concepção de natureza dinâmica, de cunho notoriamente metafísico. Para as forças mortas, vale a fórmula de Descartes, para as vivas, a de Leibniz. Os corpos naturais não têm apenas propriedades geométricas, mas são essencialmente dinâmicos e possuem uma fonte própria de força. A primeira influência que Kant recebe é da metafísica de Wolff, através de seu mestre Martin Knutzen. Caygill (2000, p.116) apresenta de modo sintético as características desta metafísica. Ela estava estruturada em dois planos: uma "ontologia", ou "metafísica geral", que se ocupava do "ser em geral"; e uma "metafísica especial", que abrangia os problemas respectivos da teologia (Deus), da cosmologia (mundo) e da psicologia (alma). O próximo trabalho importante de Kant nesse período iria aparecer nove anos depois.

Em "História Geral da Natureza e Teoria do Céu" de 1755 [*Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*], um dos trabalhos de cosmologia mais significativos desse período e cuja validade de suas teses fundamentais foi corroborada mais tarde pela astronomia, Kant procura operar uma síntese entre a ciência natural mecanicista e a metafísica de Leibniz. Laplace iria desenvolver, décadas depois, em 1796, uma teoria bastante semelhante a essa de Kant, que se chamaria de Teoria Kant-Laplace[32] no século XIX. A ciência natural teria como papel contribuir para racionalizar a metafísica mas, ao mesmo tempo, só a metafísica era capaz de corrigir os equívocos e limitações das ciências naturais. Através desse escrito, o filósofo situa-se na esteira dos esforços da ciência moderna, iniciados em Copérnico, passando por Galilei, Kepler e Newton, no "desencantamento do mundo", isto é, numa investigação e compreensão do mundo baseados não mais na divindade ou num "*Deus ex-machina*", mas em hipóteses e princípios que permitem identificar uma regularidade dos fenômenos, assegurando com isso

---

[32] Cf. KÜHN, 2004, p.129.

um conhecimento racional acerca do mesmo. As questões, portanto, que aqui preocupam o jovem filósofo estão relacionadas à *origem* e *constituição* do universo, bem como do "lugar" ou "papel" de Deus nesse processo. A física newtoniana tem nesse escrito um papel fundamental.

No mesmo ano (1755), Kant publica seu trabalho de habilitação "Nova elucidação dos Primeiros Princípios do Conhecimento Metafísico" [*Nova Dilucitatio*]. Nessa investigação, ele desenvolve uma análise da relação entre a ação recíproca real de objetos materiais com a teoria relacional do espaço da metafísica leibniziana e toma posição no conflito ligado à teologia racional entre Wolff e Crusius acerca da deteminação divina na causalidade do mundo e da liberdade. Depois desses trabalhos mais significativos, Kant escreve outros textos menores, entre os quais está o escrito intitulado "Ensaio de algumas Considerações Sobre o Otimismo" de 1759/1760 [*Versuch einiger Betrachtungen über den Optimismus*]. Esse opúsculo é uma crítica a Crusius e está relacionado ao amplo debate literário que se formara por ocasião do Concurso da Academia de Berlim em 1755.

Com os quatro escritos, "A Falsa Sutileza das Quatro Figuras Silogísticas" [*Die falsche Spitzfindigkeit der vier syllogistischen Figuren erwiesen*], "Ensaio para Introduzir na Filosofia o Conceito de Grandeza Negativa" [*Versuch, den Begriff der negativen Größen in der Weltweisheit einzuführen*], "Investigação acerca da Clareza dos Princípios da Teologia Natural e Moral" [*Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und Moral*] e "O Único Argumento Possível para uma Demostração da Existência de Deus [*Das einzige Beweisgrund zu einer Demonstration für das Dasein Gottes*], publicados entre 1762 e 1764, Kant se distancia gradativamente, ainda que não de uma forma definitiva, dos problemas de física e cosmologia. A partir desse período, a questão da metafísica irá se impor para Kant de modo inexorável. Como bem observa Irrlitz (2002, p. 95), se nos anos 50 predomina nos escritos de Kant um interesse por questões de filosofia natural e uma perspectiva de mediação [*Vermittlung*] e de síntese, nos anos 60 entram em cena questões preparativas para o confronto com a metafísica e o procedimento é de separação [*Trennung*] e distinção.

Com o primeiro desses escritos, Kant realiza uma crítica à Lógica de matriz aristotélica, predominantemente difundida na filosofia escolástica, que pretende esgotar as possibilidades do conhecimento exclusivamente a partir de conceitos, juízos e deduções. Segundo ele, a Lógica não pode oferecer nada além daquilo que já está contido nos conceitos com que opera e limita-se, portanto, a um conhecimento meramente especulativo. Aqui surgem aspectos importantes na distinção entre distinção lógica e distinção real, entre pensamento e realidade. Os sistemas predominantes em sua época não conseguiam avançar nesse sentido. Muito mais do que propor um novo sistema para a metafísica, Kant procurará avaliar suas possibilidades, como fica claro mais tarde, a partir da Dissertação de 1770 e da Crítica da Razão Pura. A distinção entre realidade e pensamento (*Sein und Denken*) será novamente objeto de análise no "*Ensaio para Introduzir na Filosofia o Conceito de Grandeza Negativa*". Kant procura demonstrar que o raciocínio lógico consegue esclarecer a relação de causa e efeito, mas está longe de esgotar as possibilidades do real. No raciocínio lógico reina o princípio de exclusão do terceiro termo. Algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Um corpo está ou em repouso, ou em movimento, sem que haja a possibilidade de um terceiro termo ou que esteja em ambos os estados do ponto de vista lógico. Ora, é justamente aqui que Kant esclarece que a realidade permite, todavia, um terceiro termo, na medida em que um corpo "a" relacionado a outro "b" pode estar em repouso, mas relacionado a terceiro "c" em movimento. Schultz (1965, p.77) esclarece:

> O negativo que no âmbito da lógica não tem espaço e deve ser descartado como pura contradição se tornará na realidade algo positivo, numa determinação que abrange algo concreto, que na pura lógica precisa ficar oculto.

Seguindo algumas consequências desta distinção e procurando fortalecê-la, é composta a argumentação de "*Investigação acerca da Clareza dos Princípios da Teologia Natural e Moral*". Esse trabalho é uma nova refutação da pretensão da Matemática e da Lógica assumirem um papel absoluto no processo do conhecimento do real de modo a determiná-lo. Kant inclui aqui a experiência como critério decisivo para tal processo. Em "*O Único Argumento Possível para*

uma Demonstração da Existência de Deus", como o próprio título anuncia, serão analisadas as tentativas de se provar a existência de Deus. O pano de fundo dessa investigação é dado novamente pela relação entre pensamento e realidade e seus respectivos limites. As provas cosmológica e físico-teológica da existência de Deus devem ser refutadas, em nome da prova ontológica, já postulada por Anselmo. Ratificada por Kant nesse escrito, a prova da existência de Deus será descartada mais tarde na primeira crítica.

Outros escritos dos anos 60 são: "Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime" [*Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen*] de 1764, no qual Kant procura analisar a relação do belo e do sublime não apenas na perspectiva da estética mas também da ética, sobretudo a ética do empirismo inglês; "Informação sobre a Orientação de suas Preleções no Semestre de Inverno 1765-1766" [*Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjahre 1765-1766*] de 1765, no qual ele enfatiza a importância de que os estudantes aprendam – muito mais do que pensamentos, do que Filosofia (doutrina) – a filosofar. Em "Sonhos de um Visionário Explicados pelos Sonhos da Metafísica" [*Träume eines Geistersehers, erläutert durch Träume der Metaphysik*], de 1766, que foi publicado anonimamente, Kant sistematiza e resume seu conceito de metafísica em conexão com o conceito de mundo inteligível. É nesse escrito que Kant "se despede definitivamente da metafísica racional escolástica de Leibniz e Wolff e também de seus 'seguidores' independentes A. G. Baumgarten e C. A. Crusius. Kant define a metafísica não mais como um sistema da razão, mas como '*uma ciência dos limites da razão humana*'"[33].

O período pré-crítico culmina com a famosa Dissertação de 1770 "Sobre a Forma e os Princípios do Mundo Sensível e Inteligível" [*De mundi sensibilis atque inteligibilis forma et principiis*]. Ela é o marco de transição para o período crítico e, portanto, precede a Crítica da Razão Pura. A questão acerca de sua classificação é que divide os intérpretes. Enquanto alguns entendem que a *Dissertação* deve ser

[33] HÖFFE, 2004, p.32.

vista como texto pré-crítico, outros entendem que ela deve ser incluída entre os textos críticos, sendo assim o primeiro deles.

O objetivo de Kant na Dissertação é demonstar de modo crítico "os porquês" do fracasso da metafísica e, ao mesmo tempo, oferecer-lhe outra base. Kant constata nos seus antecessores a confusão entre sensível e inteligível. Ele acentua a necessidade de uma distinção entre estes âmbitos de modo a assegurar um fundamento sólido para o conhecimento. A questão de fundo presente nos escritos anteriores – a saber, a contradição entre pensamento e realidade – volta à tona com toda a força. É a partir da distinção entre fenômeno e númeno que se poderá garantir uma delimitação segura do que nos é permitido conhecer. Ora, existem duas formas pelas quais os objetos podem ser considerados: podemos conhecê-los tal como eles nos aparecem, isto é, como fenômenos, ou como eles são em si mesmos, isto é, como númenos. Para o primeiro, é fundamental a sensibilidade, para o segundo, o entendimento. Espaço e tempo, as formas originárias da apercepção aparecem já neste escrito e "serão assumidas na Crítica da Razão Pura, quase sem modificações no conteúdo". Uma diferença essencial, no entanto, entre a Dissertação e a primeira Crítica reside no fato de Kant admitir na primeira o conhecimento do mundo intelígivel ou das coisas em si como possível, o que ele vai rejeitar claramente na Crítica. A partir desses aspectos, entre outros, a dupla definição da Dissertação como "pré-crítica" e, ao mesmo tempo, como "crítica", faz jus aos dois aspectos progressão e descontinuidade (revisão) de algumas posições.

Os escritos críticos

A *Dissertação de 1770*, conforme observamos anteriormente, é a obra que marca o início de uma nova fase no pensamento de Kant. Até então, Kant havia apenas oferecido uma crítica *negativa* da Metafísica, isto é, apenas apontando para os seus limites. A partir da Dissertação, seu esforço move-se para uma crítica *positiva*, para a qual procura estabelecer novos fundamentos. O trabalho de Kant que marca claramente o advento do período crítico e, sobretudo, justifica o fato de ele ser assim denominado, é a Crítica da Razão Pura [*Kritik*

der reinen Vernunft], também chamada de primeira Crítica, publicada em 1781 (A) e tendo uma segunda edição (B) em 1787. De fato, a produção madura e intensiva de Kant se desenvolve entre os anos 80 e 90. O intervalo entre a Dissertação e a primeira Crítica se estendera por dez anos. Os motivos que levaram Kant ao "grande silêncio" desse período são as inúmeras questões com as quais ele teve de se confrontar durante suas investigações para essa obra. O problema central para Kant é exposto logo no início do prefácio da primeira edição:

> A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões que ela não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais ela também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades. Não é por sua culpa que cai nessa perplexidade. Parte de princípios cujo uso é inevitável no decorrer da experiência e, ao mesmo tempo, suficientemente garantido por esta. Ajudada por estes princípios, eleva-se cada vez mais alto (como de resto lhe consente a natureza) para condições mais remotas. Porém, logo se apercebe de que, desta maneira, a sua tarefa há de ficar sempre inacabada, porque as questões nunca se esgotam; vê-se obrigada, por conseguinte, a refugiar-se em princípios, que ultrapassam todo o uso possível da experiência e, não obstante, estão ao abrigo de qualquer suspeita, pois o senso comum está de acordo com eles. Assim, a razão humana cai em obscuridades e contradições que a autorizam a concluir dever ter-se apoiado em erros, ocultos algures, sem, contudo, os poder descobrir. Na verdade os princípios de que se serve, uma vez que ultrapassam os limites da experiência, já não reconhecem nesta qualquer pedra de toque. O teatro destas disputas infindáveis chama-se *Metafísica*[34].

Sua proposta, portanto, em lugar de estabelecer novos dogmas, acima de tudo,

> é um convite à razão para de novo empreender a mais difícil de suas tarefas, a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões

---

[34] KrV, AA, A IV, 7.

> legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as pretensões infundadas[35].

A partir disso, Kant investiga e demarca as condições de possibilidade do conhecimento puro (*a priori*), na medida em que a *Crítica* não é "uma crítica de livros e sistemas, mas da faculdade da razão em geral com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independentemente de toda a experiência*"[36]. O fato de que o conhecimento tenha seu início na experiência (*a posteriori*) não significa que ele seja uma simples derivação dela. Kant irá mostrar que, sem o entendimento e suas categorias, os dados fornecidos pelos sentidos não podem ser pensados, o que confirma a insuficiência da experiência sensível. Não se trata, por conseguinte, de uma investigação sobre objetos, mas sobre o modo como conhecemos os objetos, razão pela qual sua filosofia é denominada de *filosofia transcendental*[37]. A *Crítica da razão pura* é, portanto, a resposta sistemática à pergunta "o que posso saber?", que demarca o âmbito da filosofia teórica (a razão em seu uso especulativo).

No âmbito da filosofia prática, semelhante à primeira crítica, Kant pretende investigar a possibilidade de um princípio *a priori* para a moralidade (a razão em seu uso prático), o qual deve responder à pergunta "o que devo fazer?" e oferecer a fundamentação para a tese de que a liberdade mesmo que não possa ser provada (*conhecida*) no plano teórico, é possível no plano prático. A partir da distinção feita no interior da *Kritik der reinen Vernunft* entre fenômeno (*Erscheinung*) e coisa-em-si (*Ding an sich*), Kant aponta para a conciliação entre natureza e liberdade e abre espaço para a tematização da liberdade por meio da *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (1785) e da *Kritik der praktischen Vernunft* (1788). A partir disso, o ser humano ocupará um lugar privilegiado, pois pertence à duas ordens de causalidades. Enquanto fenômeno (ser sensível), ele está limitado pela causalidade da natureza e a ela submetido. Mas como, ao mesmo tempo, pertence à ordem inteligível, ele também é caracterizado pela liberdade da *vontade*. Nesse sentido, argumenta

---

[35] Idem, ibidem, 9.
[36] Idem, ibidem, 9.
[37] KrV, AA, B III, 43.

Kant: "Ora o homem encontra realmente em si mesmo uma faculdade pela qual se distingue de todas as outras coisas, e até de si mesmo, na medida em que ele é afetado por objetos; essa faculdade é a *razão (Vernunft)*"[38]. Em relação ao entendimento, que opera exclusivamente a partir dos dados da experiência, a razão é uma faculdade autônoma e opera com idéias, as quais prescindem da experiência e, por meio desta independência, a razão consegue distinguir entre o sensível e o inteligível. Por pertencer ao mundo inteligível, o qual "contém o fundamento do mundo sensível, e, portanto, das suas leis"[39] e reconhecer-se como tal é o que o ser humano tem de considerar como imperativos às leis vindas da razão. O homem é natureza, animalidade, mas também racionalidade. Como ser racional, não é somente um sujeito cognoscente, mas também um sujeito moral. Enquanto ser fenomênico, o homem participa da experiência do mundo, da animalidade; enquanto ser numênico, é livre e participa do mundo da moral. Desse modo, Kant confirma a possibilidade de um imperativo categórico e estabelece o princípio supremo da moralidade.

Com a terceira crítica, a Crítica da Faculdade do Juízo [*Kritk der Urteilskraft*] publicada em 1790, Kant oferece uma complementação e unificação ao seu sistema filosófico. Enquanto a filosofia teórica relaciona-se com o conceito de natureza e de leis do entendimento, a filosofia prática volta-se ao conceito de liberdade e às leis da razão. Esses âmbitos não podem, todavia, permanecer separados como dois mundos estranhos e paralelos um ao outro. Filosofia teórica e filosofia prática têm cada qual sua legislação *a priori* e necessitam ser conectadas. Para isso, é necessário um elemento mediador que possa dar conta dessa conexão e esse elemento é a faculdade de julgar (*Urteilskraft*). Ela é, para Kant, uma faculdade que está situada entre a razão (*Vernunft*) e o entendimento (*Verstand*). A faculdade de julgar é, segundo ele, "a faculdade de pensar o particular contido no universal"[40]. Nesse sentido, ela é concebida como *determinante*, isto é, dado o princípio, cabe a ela apenas subsumir. "Porém, se apenas o particular for dado, para o qual ela deve encontrar o universal, então a

---

[38] KrV, AA IV, 452.
[39] Idem, ibidem, 453.
[40] KU, AA, V, 179.

faculdade do juízo é simplesmente reflexiva"[41]. O juízo reflexivo desempenha, nesse contexto, um papel fundamental. Por meio do princípio da conformidade a fins [*Zweckmäßigkeit*], a faculdade de julgar possibilita uma ordenação ao múltiplo da natureza.

> A conformidade a fins da natureza é, por isso, um particular conceito *a priori*, que tem a sua origem meramente na faculdade de juízo reflexiva. Na verdade não se pode acrescentar aos produtos da natureza algo como uma relação da natureza a fins neles visível, mas sim somente utilizar esse conceito, para refletir sobre eles no respeitante à conexão dos fenômenos na natureza, conexão que é dada segundo leis empíricas[42].

A natureza será assim concebida não como um algo caótico e sem finalidade, mas como uma totalidade orgânica estruturada. Essa idéia de uma conexão orgânica e, portanto, de uma unidade sistemática, é justamente o que permite que nossa experiência seja uma experiência, isto é, trata-se de um princípio transcendental por meio do qual é encontrado o elemento de ligação do mútiplo das leis empíricas. É *como se* um entendimento – não o nosso – tivesse concebido e disposto essa ordem, para que o nosso conhecimento seja possível, diz Kant na introdução da *Crítica da Faculdade do Juízo*. Pelo princípio da conformidade a fins, podemos ajuizar "a *beleza* da *natureza* como *apresentação* do conceito de conformidade a fins formal (simplesmente subjetiva) e os *fins da natureza* como apresentação do conceito da conformidade a fins real (objetiva)"[43]. É justamente a partir dessas duas formas possíveis do julgamento reflexivo que Kant estrutura a terceira crítica em Crítica da Faculdade do Juízo *Estética* e Crítica da Faculdade do Juízo *Teleológica*.

Os escritos tardios

A partir dos anos 90, os escritos de Kant voltam-se para outros temas. A partir do escrito "Sobre o fracasso de toda a tentativa

---

[41] Idem, ibidem, 179.
[42] Idem, ibidem, 180.
[43] Idem, ibidem, 193.

filosófica na Teodicéia" [*Über das Mißlingen aller philosophischen Versuche in der Theodizee*] de 1791, ele adentra para a questão da religião, aprofundando algumas questões que aparecem já esboçadas no final da terceira crítica. A Teodicéia até sua época, sentenciava Kant, não cumpriu o que prometeu, isto é, não fez prevalecer a sabedoria moral no governo do mundo contra toda a dúvida que dele nos advém por meio da experiência. Tomando o exemplo de Jó, Kant enfatiza a necessidade de confessarmos nossa incerteza e a nossa dúvida. Importante é que sejamos retos de coração e não aduladores religiosos. A figura de Jó é tomada em função da sua profunda disposição moral em não se corromper mesmo nos momentos mais adversos. É nesse escrito que Kant expõe a idéia fundamental do escrito sobre a *Religião*: não é a fé que deve fundar a moral e sim a moral é que, em última instância, conduzirá à fé. Kant procura demonstrar que a Teodicéia pouco tem a ver com a Ciência. Para ele, como fica demonstrado nesse escrito, trata-se muito mais de uma questão de fé[44]. Em 1792 é publicado no *Berlinischen Monatsschrift* (Revista Mensal de Berlim) o escrito intitulado "Sobre o Mal Radical na Natureza Humana" [*Über das radikale Böse in der menschlichen Natur*]. Esse escrito, que é a primeira das quatro partes constantes do escrito "A Religião nos Limites da Simples Razão" [*Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft*] havia despertado a atenção dos censores, que não permitiram a publicação dos demais capítulos por considerarem que o tema adentrava para a área da Teologia. Somente em 1793 é que o escrito é publicado na íntegra.

Nesse período, destacam-se ainda os escritos "Sobre a Expressão Corrente: isso pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática" [*Über den Gemeinspruch: Das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis*] de 1793; "O Fim de Todas as Coisas" [*Das Ende aller Dinge*] de 1794; "À Paz Perpétua" [*Zum Ewigen Frieden*] de 1795; "Metafísica dos Costumes" [*Metaphysik der Sitten*]de 1797; "Sobre um Suposto Direito de Mentir por Amor à Humanidade" [*Über ein vermeintes Recht, aus Menschenliebe zu lügen*] de 1797; "O Conflito das Faculdades" [*Der Streir der Fakultäten*] e "Antropologia em Perspectiva Pragmática" [*Anthropologie in pragmatischer*

44 Rel., AA, VIII, 267.

Hinsischt] ambos em 1798. A partir de 1800, são publicadas outras obras de Kant que, no entanto, são organizadas por seus amigos e ex-alunos. Entre estas, destacam-se as preleções sobre "Lógica" [*Logik*] (1800), compilada por Jäsche, as preleções de "Geografia Física" [*Physische Geographie*] (1802) e "Sobre a Pedagogia" [*Über Pädagogik*] (1803), ambas compiladas por Rink. Em 1804, ano da morte de Kant, Rink publica ainda "Sobre os Progressos da Metafísica desde Leibniz e Wolff" [*Über die Fortschritte der Metaphysik seit Leibniz und Wolff*].

Ao contrário do que muitos intérpretes alegam, o fato de Kant se encontrar em idade avançada somado ao progressivo enfraquecimento de suas capacidades não diminui em nada o valor e a coerência dos escritos dessa fase de sua vida. Por certo, se alguns deles não demonstram o mesmo vigor sistemático, é aceitável a denominação de escritos menores, mas isso não legitima qualquer pretensão de reduzi-los à insignificância.

3.4. A Filosofia Contemporânea

Em um pequeno manual de Introdução a Filosofia como este, é praticamente impossível oferecermos uma visão ampla das áreas, problemas e autores da filosofia contemporânea.

Como se perceberá aqui, não adentraremos propriamente nos conteúdos e temas do pensamento dos inúmeros autores que compõem o cenário da Filosofia do Século XIX, do XX até o presente.

Por essa razão, reiteramos novamente a necessidade de leituras complementares sobre este tópico específico (Filosofia Contemporânea) nos compêndios de História da Filosofia. Além disso, haverá nas demais disciplinas de História da Filosofia e nos Seminários complementares a oportunidade para o aprofundamento sobre questões e autores desses períodos.

Desse modo, o que queremos aqui indicar são primeiramente duas grandes tendências do pensamento na atualidade. Em sua obra *Analíticos e Continentais* (2003, p.89), cuja leitura recomendamos desde já, Franca D´Agostini inicia o segundo capítulo com as seguintes perguntas e considerações:

> A filosofia está próxima da ciência ou da literatura? Serve-se preferencialmente da história ou da lógica? É uma ciência 'exata' ou uma 'ciência do espírito'? É uma ciência, ou é uma forma de 'sapiência', ou de sabedoria prática? Trata-se de interrogações clássicas que encabeçam a natureza *pouco específica* da filosofia e a vastidão e variedade da sua história, mas no decurso do século XX, e, sobretudo a partir dos anos sessenta, a inteira problemática se transfigurou na antítese entre um modo *analítico* de fazer filosofia e um modo *continental*.

A caracterização oferecida pela autora (idem, p. 90) pode nos auxiliar a distinguir dois modos de fazer filosofia na atualidade. Um modo é o chamado *analítico* e outro modo é chamado *continental*.

O *modo analítico* é descrito por D'Agostini com as seguintes características:

> - faz uso de *formalismos* e linguagens 'disciplinadas', requer argumentações em qualquer ponto 'controláveis', tendendo, pois, a tratar de questões antes circunscritas;
> - tem um corte prevalentemente conceitual ou temático, não se ocupando tanto de autores ou textos, mas de conceitos ou problemas (2003, p.90).

A tradição analítica tem suas origens muito remotas já no pensamento de Franz Brentano e Bernard Bolzano – ainda que os representantes mais conhecidos são os nomes ligados ao *positivismo lógico* do Circulo de Viena, isto é, autores como Rudolf Carnap, Friedrich Waismann, Otto Neurath, Karl Popper, Moritz Schlick –; mas também nas elaborações dos pensadores de Cambridge (Inglaterra) Bertrand Russel e George Edward Moore, assim como Ludwig Wittgenstein e Gottlob Frege.

Já a *filosofia continental*:

> - exclui o uso de linguagens formalizadas, faz uso de argumentações nem sempre exatamente reconstruíveis;
> - tem um corte prevalentemente histórico ou textual, faz referência a autores, a textos, a fases particulares da história do pensamento e tem grande unidade histórico-conceitual (a

> ontologia antes e depois de Platão; o evento da modernidade; a racionalização na idade moderna, etc.) (2003, p.90).

De acordo com a autora, o primeiro movimento difunde-se, sobretudo, nos EUA, na Grã-Bretanha, na Holanda e na Escandinávia. O segundo desenvolveu-se predominantemente na Europa (no "velho" continente): *fenomenologia*, *existencialismo*, *hermenêutica*, *marxismo* de Frankfurt.

Essa distinção começa ser utilizada ao final dos anos cinquenta. Segundo D'Agostini, Kevin Mulligan atribui o início da disputa a uma controvérsia por ocasião de uma resenha anônima do texto de Dilthey (*Introdução às Ciências do Espírito*) feita supostamente por um discípulo de Brentano (ou pelo próprio Brentano) em que é realçada a "obscuridade" da argumentação de Dilthey e é condenada sua falta de rigor assim como a pretensão de falar da vida em sua "totalidade". (D'AGOSTINI, 2003, p.93)

> A filosofia analítica, como filosofia lingüística, nasce da ideia – que se anuncia em Frege, mas se torna consciente mais tarde, no neopositivismo, em Wittgenstein – de que o âmbito no qual nos movemos é a linguagem, e por isso um esclarecimento lógico-filosófico é um esclarecimento linguístico (D'AGOSTINI, 2003, p.282).

***

Para finalizarmos nosso itinerário, gostaríamos de citar aqui uma passagem do texto *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí, que permite obtermos, por meio de outras palavras e num rápido olhar, algumas das principais questões características da Filosofia nos tempos atuais:

> No século XX, a Filosofia foi submetida a uma grande limitação quanto à esfera de seus conhecimentos. Isso pode ser atribuído a dois motivos principais:
>
> **1.** Desde o final do século XVIII, com o filósofo alemão Immanuel Kant, passou-se a considerar que a Filosofia,

durante todos os séculos anteriores, tivera uma pretensão irrealizável. Que pretensão fora essa? A de que nossa razão pode conhecer as coisas tais como são em si mesmas. Esse conhecimento da realidade em si, dos primeiros princípios e das primeiras causas de todas as coisas chama-se **metafísica**. Kant negou que a razão humana tivesse tal poder de conhecimento e afirmou que só conhecemos as coisas tais como são organizadas pela estrutura interna e universal de nossa razão, mas nunca saberemos se tal organização corresponde ou não à organização em si da própria realidade. Deixando de ser metafísica, a Filosofia se tornou o conhecimento das condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro enquanto conhecimento possível para os seres humanos racionais.

A Filosofia tornou-se uma **teoria do conhecimento**, ou uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade humana de conhecer, e uma **ética**, ou estudo das condições de possibilidade da ação moral enquanto realizada por liberdade e por dever. Com isso, a Filosofia deixava de ser conhecimento do mundo em si e tornava-se apenas conhecimento do homem enquanto ser racional e moral.

2. Desde meados do século XIX, como conseqüência da filosofia de Augusto Comte – chamada de positivismo –, foi feita uma separação entre Filosofia e ciências positivas (matemática, física, química, biologia, astronomia, sociologia). As ciências, dizia Comte, estudam a realidade natural, social, psicológica e moral e são propriamente o conhecimento. Para ele, a Filosofia seria apenas uma reflexão sobre o significado do trabalho científico, isto é, uma análise e uma interpretação dos procedimentos ou das metodologias usadas pelas ciências e uma avaliação dos resultados científicos. A Filosofia tornou-se, assim, uma teoria das ciências ou **epistemologia** (*episteme*, em grego, quer dizer ciência).

A Filosofia reduziu-se, portanto, à teoria do conhecimento, à ética e à epistemologia. Como consequência dessa redução, os filósofos passaram a ter um interesse primordial pelo conhecimento das estruturas e formas de nossa consciência e também pelo seu modo de expressão, isto é, a linguagem. O

interesse pela consciência reflexiva ou pelo sujeito do conhecimento deu surgimento a uma corrente filosófica conhecida como **fenomenologia**, iniciada pelo filósofo alemão Edmund Husserl. Já o interesse pelas formas e pelos modos de funcionamento da linguagem corresponde a uma corrente filosófica conhecida como **filosofia analítica** cujo início é atribuído ao filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein.

No entanto, a atividade filosófica não se restringiu à teoria do conhecimento, à lógica, à epistemologia e à ética. Desde o início do século XX, a **história da filosofia** tornou-se uma disciplina de grande prestígio e, com ela, a história das idéias e a história das ciências.

Desde a Segunda Guerra Mundial, com o fenômeno do totalitarismo – fascismo, nazismo, stalinismo –, com as guerras de libertação nacional contra os impérios coloniais e as revoluções socialistas em vários países; desde os anos 60, com as lutas contra ditaduras e com os movimentos por direitos (negros, índios, mulheres, idosos, homossexuais, loucos, crianças, os excluídos econômica e politicamente); e desde os anos 70, com a luta pela democracia em países submetidos a regimes autoritários, um grande interesse pela **filosofia política** ressurgiu e, com ele, as críticas de ideologias e uma nova discussão sobre as relações entre a ética e a política, além das discussões em torno da **filosofia da História**.

Atualmente, um movimento filosófico conhecido como **desconstrutivismo** ou **pós-modernismo**, vem ganhando preponderância. Seu alvo principal é a crítica de todos os conceitos e valores que, até hoje, sustentaram a Filosofia e o pensamento dito ocidental: razão, saber, sujeito, objeto, História, espaço, tempo, liberdade, necessidade, acaso, natureza, homem, etc. (CHAUÍ, 1995, p.53-54).

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia & MARTINS, Maria Helena. *Filosofando*. 3.ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003.

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política.* Ensaios e Conferências. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1993.

______. *A vida do espírito.* O pensar, o querer, o julgar. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1995.

ARISTOTELES. *Philosophische Schriften in sechs Bänden.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica.* 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOEHNER, Philoteus; GILSON, Etienne. *História da Filosofia Cristã.* 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORNHEIM, Gerd. *Motivação básica e atitude originante do filosofar.* Porto Alegre: Editora Meridional, 1961.

BUZZI, Arcangelo. *Introdução ao pensar*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CAYGILL, H. *Dicionário Kant.* Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia.* História e grandes temas. 15. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

______. *Introdução à História da Filosofia.* Vol. 1 - Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

D'AGOSTINI, Franca. *Analíticos e continentais.* Guia à filosofia dos últimos trinta anos. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

DAMSCHEN, Gregor; SCHÖNECKER, Dieter. *Selbst Philosophieren: Ein Methodenbuch.* Berlin: Walter De Gruyter, 2012.

DESCARTES, René. *Princípios de Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FERRATER MORA, José. *Dicionario de Filosofía*. 4 Tomos. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 2009.

FOLSCHEID, Dominique e WUNENBURGER, Jean Jacques. *Metodologia Filosófica*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUNKE, Gerhard. *Von der Aktualität Kants*. (Mainzer Philosophische Forschungen, Bd. 20). Bonn: Bouvier Verlag Herbert Grundmann, 1979.

GERHARDT, Volker. *Immanuel Kant. Vernunft und Leben.* Stuttgart: Reclam, 2002.

GRANGER, Gilles-Gaston. *Por um conhecimento filosófico*. Campinas: Papirus, 1989.

HEIDEGGER, Martin. *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo – finitude –solidão.* 2. Ed. Trad. Marco A. Casanova. Rio de Janeiro: GEN; Forense Universitária, 2011.

HIRSCHBERGER, Johannes. *Geschichte der Philosophie*. 2 Bde. 12. Aufl. Freiburg im Breisgau: Verlag Herder, 1980.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant.* 6. Üb. Aufl. München: C.H. Beck Verlag, 2004.

HÜBNER, Dietmar. *Zehn Gebote für das philosophische Schreiben.* Ratschläge für Philosophie-Studierende zum Verfassen wissenschaftlicher Arbeiten. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2012.

IRRLITZ, Gerd. *Kant-Handbuch. Leben und Werk*. Stuttgart: J. B. Metzler Verlag, 2002.

JASPERS, Karl. *Einführung in die Philosophie.* 22. Aufl. München: Pieper Verlag, 1983.

______. *Die großen Philosophen*. Erster Band. 5. Aufl. München: Piper Verlag, 1988.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego.* Trad. Artur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KANT, Immanuel. *Kants gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin, 1902. bzw. von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902 ss. (29 vols.).

______. *Antropologia de um ponto de vista pragmático.* Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

______. *Crítica da Razão Prática.* Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1994.

______. *Crítica da Razão Pura.* 3. ed. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

______. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes.* Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986.

______. Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In: KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

______. *A metafísica dos costumes*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2003.

______. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

______. *A religião nos limites da simples razão*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992.

______. Sobre a expressão corrente: isto pode ser correto na teoria mas nada vale na prática. In: KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

______. *Sobre a pedagogia.* 3. ed. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba (Brasil): Unimep, 2002.

KENNY, Anthony. *História Concisa da Filosofia Ocidental.* Trad. Desidério Murcho et alii. Lisboa: Temas e Debates Editoriais, 1999.

KUNZMANN, Peter; BURKARD, Franz-Peter; WIEDEMAN, Franz. *DTV-Atlas Philosophie*. 12. Durch. und korr. Aufl. München: Deutsche Taschenbuch Verlag, 2005.

KÜHN, Manfred. *Kant. Eine Biographie.* München: C. H. Beck Verlag, 2004.

LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no Ocidente*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

LEÃO, Emanuel Carneiro. *Aprendendo a pensar*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

LUDWIG, Ralf. *Critica della ragion pura. Guida e commento.* Milano: Garzanti, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. Dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia*. (3 Vols.) 7 ed. São Paulo: Paulinas, 1981.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia.* Trad. Silvana Vieira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PLATON. *Sämtliche Werke.* 4 Bde. 29 Aufl. Hamburg: Rowohlt Verlag, 2004.

PETERS, F. E. *Termos Filosóficos Gregos.* Um léxiko histórico. 2. Ed. Trad. Betriz Rodrigues Barbosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia.* 3 vols. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

SANTOS, Robinson dos. *Moralität und Erziehung bei Immanuel Kant.* Kassel: Kassel University Press, 2007.

SOUZA, José Cavalcante de (Org.). Os pré-socráticos. Fragmentos, Doxografia e Comentários. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.